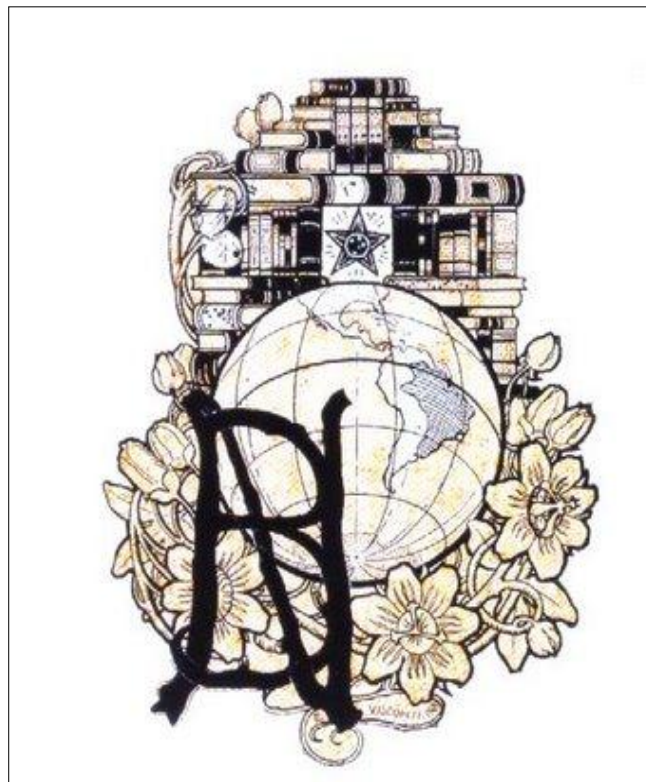


Fundação Biblioteca Nacional

Ministério da Cultura



Programa Nacional de Apoio à Pesquisa
2012

Programa Nacional de Apoio à Pesquisa

Fundação Biblioteca Nacional - MinC



Renato César Casimiro Lopes

Memória de O Futuro

2012

Memória de *O Futuro*

RESUMO: Resgate da memória do jornal *O Futuro*, uma publicação de intercâmbio literário entre Brasil e Portugal que circulou quinzenalmente, de 15 de setembro de 1862 a 1º de julho de 1863 e cujos originais se encontram na seção de periódicos da Biblioteca Nacional. O presente estudo traz à luz a colaboração de destacados homens de letras, brasileiros e portugueses, do século XIX, entre outros, Machado de Assis, num momento decisivo de sua trajetória intelectual e artística.

Palavras-Chave: *O Futuro*, periódico literário, século XIX, Machado de Assis, Intercâmbio cultural Brasil – Portugal.

I

Coube-nos a língua portuguesa por um direito de herança de que não abriremos mão; recebemo-la dos lábios de nossas mães, e é tanto nossa como dos nossos irmãos de além-mar (Joaquim Norberto de Souza Silva).

A minha língua portuguesa, repito a minha língua portuguesa, é a pátria que estou inventando para mim. Essa língua nômade não a quero perder, não quero ficar exilado desse tempo em que não havia o tempo. (Mia Couto)

Não à toa escolhi estas epígrafes. Fragmentos, distantes entre si, no tempo e no espaço, e que têm em comum o fato de terem sido originalmente escritos em resposta à urgência de afirmar a autonomia de seus respectivos tempos e espaços. Assim entendidos, para ambos os autores, mais que matéria prima de um ofício, fazer imprimir uma escrita é instrumento de intervenção no espaço público, no caso, um espaço recém libertado do colonialismo português.

Joaquim Norberto de Souza Silva ¹ figura entre os intelectuais da geração romântica

¹ SILVA, Joaquim Norberto de Souza. “A língua brasileira”. In: _____. *História da Literatura Brasileira e outros ensaios*, organização, apresentação e notas por Roberto Acízelo de Souza. Rio de Janeiro, Zé Mario Editor, 2002, pp. 341 – 348. Este texto foi originalmente publicado em 1855, na revista *O Guanabara*, impressa tipografia Dois de dezembro, de Paula Brito.

que participaram do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), produzindo inúmeros trabalhos em história, história da literatura, teatro, crítica literária, biografias, poesia, contos e novelas. Por sua vez, Mia Couto ² é moçambicano e nasceu em 1955, com a Independência Nacional de 1975, dirigiu a Agência de Informação de seu país por quatro anos. Atualmente, além de autor de romances traduzidos para diversos idiomas, colabora em jornais e cadeias de rádio e televisão de seu país.

Não só o fato de serem escritores, intelectuais atuantes em seus respectivos tempos e espaços, torna próximos Joaquim Norberto e Mia Couto. Mais que isso, eles têm em comum, cada qual a seu modo, a certeza de que a palavra, a língua herdada – apropriada e tornada nômade – é um poderoso instrumento de afirmação de uma autonomia, de uma identidade, de um tempo, de um espaço. Daí a escolha de tais epígrafes, elas dizem muito de um grupo de letrados – brasileiros e portugueses – que, no Rio de Janeiro, na segunda metade do século XIX, imprimiram sua escrita num periódico literário que sobreviveu por vinte edições, quase um ano de existência, algo raro na jovem nação brasileira.

O Futuro circulou quinzenalmente de setembro de 1862 a julho de 1863, trazendo poesias, novelas em folhetim, pequenos ensaios, crônicas, partituras musicais e algumas gravuras. A diferença de outras publicações congêneres ficava por conta de seu programa assinado por Reinaldo Carlos Montoro e estampado em seu primeiro número:

Este periódico vai tentar a realização de um pensamento há muito concebido por todos os que prezam as literaturas dos dois países em que se fala a língua portuguesa. Estabelecer um campo comum, em que livremente, sem preocupações mesquinhas de opinião ou nacionalidade, viessem discursar os escritores de ambas as nações, levar a estas o conhecimento mútuo do movimento literário de cada uma, e dar impulso com o exemplo recíproco, ao progresso literário de países tão férteis em imaginações ricas e pensadores elevados [...] (*O Futuro*, 15/09/1862).

Eram, portanto, bem ambiciosas as pretensões de *O Futuro*, uma vez que também nas relações culturais e, mais especificamente, no campo literário, havia muitas desavenças a serem superadas. Autores portugueses, sobretudo, Camilo Castelo Branco, Almeida Garret e José Feliciano de Castilho, ao lado as traduções portuguesas de autores franceses, eram bastante lidos no Brasil. Longe de aproximar a intelectualidade de Brasil e Portugal, tal fato se tornara motivo de discórdia. Isso porque, a despeito do tratado de 1825 haver previsto que as propriedades – inclusive a propriedade intelectual – dos súditos portugueses seriam protegidas pelo governo brasileiro, reiteradas vezes, escritores portugueses reclamavam das

² COUTO, Mia. “Luso-afonias – A lusofonia entre viagens e crimes”. In: _____. *E se Obama fosse africano?* São Paulo, Cia das Letras, 2011 (173 – 188). Texto originalmente proferido na Universidade de Faro, Portugal, em 2001.

inúmeras edições não autorizadas que circulavam no Brasil, sem o devido pagamento de direitos autorais.

Artigo citado por Laurence Hallewell, originalmente publicado a 16 de dezembro de 1847 na *Revista Lisboense*, dá mostras que não seria nada fácil a tarefa de *O Futuro*:

Não há um só dos ilustres escritores portugueses contemporâneos que não veja dentro em pouco o seu patrimônio repartido pelos bandidos. [...] A leitura neste Império não é tão extensa como nós aí julgamos, nem pode ser avaliada por prismas enganadores [...], todavia é para nossos homens de letras um mercado importante (Hallewell, 1985, p. 172 e 173) ³.

Se de um lado, o redator procurava evidenciar a fragilidade do mercado de bens culturais brasileiro, por outro, não tinha como negar a importância das receitas dele oriundas, como forma de sustentação do próprio ambiente cultural português. Havia, no entanto, outra questão que movimentava os homens de letras dos dois lados do Atlântico.

No Brasil, com a declaração de independência política e administrativa de Portugal, setores da elite passaram a reivindicar um rompimento também no campo das manifestações culturais. Machado de Assis, em *O passado, o presente e o futuro da literatura*, publicado originalmente em *A Marmota*, de 09 e 23/04/1858, dizendo da literatura anterior a 1822, manifestou esta sua preocupação. Para o crítico, “após o *Fiat* político, devia vir o *Fiat* literário” e concluía que “a emancipação do mundo intelectual, vacilante sob a ação influente de uma literatura ultramarina” precisava se “regenerar”, admitindo, no entanto, que não seria algo fácil de ser alcançado, uma vez que, para isso, “não há gritos de Ipiranga; as modificações operam-se vagarosamente; e não se chega em um só momento a um resultado” (Machado de Assis, 2008, v. iii, 1.004) ⁴.

Em grande medida, as preocupações do jovem Machado de Assis remetiam para o debate que alcançou seu ponto mais estridente quando do lançamento da *Confederação dos Tamoios*, de Gonçalves de Magalhães, dele participando destacados membros do IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o próprio imperador Pedro II ⁵ que se pôs ao lado do que se convencionou denominar movimento indianista ou nativista. Para estes, depois de tres séculos de colonização, a nação brasileira precisava de identidade própria, fundada em uma tradição a ser descoberta ou mesmo inventada e, ainda que se vissem seduzidos pela

³ HALLOWELL, Laurence. *O livro no Brasil*. São Paulo, Edusp, 1985.

⁴ MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. *Obras Completas em quatro volumes*, Rio de Janeiro, Editora Nova Aguilar, 2008. Novas referências a esta edição serão indicadas apenas as iniciais OC, seguidas do volume em romanos e do número da página.

⁵ Sobre essa polêmica, ver: CASTELO, José Aderaldo. *A polêmica sobre “A Confederação dos Tamoios”*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 1953. Ver também: RICUPERO, Bernardo. *O romantismo e a ideia de nação no Brasil (1830-1870)*. São Paulo: Martins Fontes, 2004 (principalmente 153-204).

poesia romântica francesa ou pela febre do byronismo inglês, defendiam uma inspiração na natureza americana, incluindo uma idealização dos primeiros habitantes daquele território. Do outro lado, estariam aqueles que, embora pudessem desejar certo “instinto de nacionalidade”⁶, como mais tarde o mesmo Machado de Assis iria melhor se posicionar, se sentiam mais próximos de uma tradição consolidada em solo tropical pela ação, primeiro dos jesuítas e, depois da ascensão do Marques de Pombal, do fluxo dos filhos do latifúndio para os bancos de Coimbra.

Em seu artigo de 1858 Machado de Assis já se manifestava contrário ao entusiasmo das fileiras indianistas: “a poesia indígena, bárbara, a poesia do boré e do tupã, não é a poesia nacional” (idem). Para o crítico, apesar de seu apelo aos temas indígenas, a poesia de Basílio da Gama já apontara um caminho a ser seguido: “Gama escreveu um poema, se não puramente nacional, ao menos nada europeu” (idem). Ao destacar a poesia de Basílio da Gama, o jovem crítico rascunhava idéias que quinze anos depois seriam mais bem enunciadas. Para o crítico ainda jovem, o autor de *O Uruguai* apresentava “verdadeiro talento, inspirado pelas ardências *vaporosas do céu tropical*” (idem, o grifo é meu).

Machado de Assis não estaria disposto a rejeitar de todo a herança portuguesa, solicitando, porém, *certa cor local, certo sentimento íntimo, o tal instinto de nacionalidade*. Essa disposição colocaria o autor do ensaio “O Passado, o Presente e o Futuro da Literatura” em conexão com o projeto de *estabelecer um campo comum, em que livremente, sem preocupações mesquinhas de opinião ou nacionalidade, viessem discursar os escritores dos dois países em que se fala a língua portuguesa*. Não teria sido à toa o engajamento de Machado de Assis no projeto de *O Futuro*. Dentre os autores brasileiros, ele foi, com toda certeza, o seu mais destacado e assíduo colaborador, participando de todas as suas edições.

II

O Futuro foi fundado por Faustino Xavier de Novaes, cidadão português, nascido na cidade do Porto e que chegou ao Brasil, provavelmente, em 1858. Uma poesia de Casimiro de Abreu saldou a chegada do escritor: “Bem vindo, ó filho do Douro / A terra das harmonias, / Que tem Magalhães e Dias, / Bem pode saudar Novaes”. No Rio de Janeiro, Faustino Xavier de Novaes colaborou no *Jornal do Comércio*, no *Correio Mercantil*, na *Marmota* de Paula Brito e na *Revista Popular*, editada por Baptiste Louis Garnier entre os anos 1859 e 1862. Faustino também escreveu para o teatro, sendo de sua autoria as comédias *Cenas da foz*, representada

⁶ Refiro-me ao ensaio “Notícia da atual literatura brasileira – Instinto de Nacionalidade”, MACHADO DE ASSIS, opus cit, v. iii, 1203 – 1211.

no teatro São Pedro de Alcântara a 19 de setembro de 1858, e *Um Bernardo em dois volumes*, levada ao palco do teatro Ginásio, em 1859. Sobre esta última, Machado de Assis escreveu, em sua “Revista de Teatro”, do jornal *O Espelho*:

Um Bernardo em dois volumes é uma comédia do Sr. Novaes, feita para rir, cujo fim preenche completamente.

O autor não teve de certo intenção de uma obra literária – e o povo assim o compreendeu e assim o recebeu. Riu, gostou, é o aplauso da comédia, por isso que ela não visa outro alvo. Há chiste, novidade, ação, movimento, enfim o poeta das elegantes sátiras está ali reproduzido (*O Espelho*, 02/10/1859)⁷.

Faustino Xavier de Novaes certamente gozava de certo prestígio entre os letrados, tanto assim que conseguiu reunir um conjunto de colaboradores de fazer inveja a qualquer outra publicação, a saber: além dos já citados, Machado de Assis e Reinaldo Carlos Montoro (um dos fundadores do Real Gabinete Português de Leitura), Ramalho Ortigão, Camilo Castelo Branco, Macedo Soares, José Alexandre Teixeira de Melo, Augusto Emílio Zaluar, Ernesto Cibrão, Francisco Joaquim Bittencourt da Silva, Guilherme Bellegarde, e Joaquim Pinto de Campos, entre outros.

Não só isso, *O Futuro* contava com pontos de venda em diversas capitais de província, entre outras: São Paulo, com o livreiro francês Anatole Louis Garraux que se tornou o mais famoso livreiro da cidade de São Paulo; a Livraria Catilina de Salvador, dirigida por Carlos Pongetti desde 1835; na Paraíba, Felizardo Toscano de Brito, à época, deputado naquela província. Também em Portugal, mais precisamente, na cidade do Porto, seu irmão mais velho, Miguel Novaes, funcionava como representante e correspondente, enviando notícias, por exemplo, a chegada de uma embarcação militar brasileira naquela cidade: “[...] Tu, meu Faustino, que tão grato te confessas a esse hospitaleiro país, folgarás de saber da fraternidade com que os nossos patrícios receberam de braços abertos a guarnição da Imperial Marinheiro⁸ [...]” (*O Futuro*, 15/10/1862).

De uma forma geral, os artigos publicados em *O Futuro* estavam afinados com o programa anunciado em seu número inaugural que, em grande medida, tinha propósitos semelhantes ao conjunto de outras iniciativas que tinham por objetivo a manutenção do diálogo entre Brasil e Portugal no campo da cultura, cabendo destacar o Real Gabinete Português de Leitura, fundado em 14 de maio de 1837 e, atualmente, funcionando em sua sede em estilo manuelino inaugurada em 10 de setembro de 1887. *O Futuro* não teve tanto fôlego, naufragando antes de completar um ano de vida, apesar disso, como atesta Jean

⁷ *O Espelho*: Ed. fac similar. Rio de Janeiro. Fundação Biblioteca Nacional, 2008.

⁸ A embarcação citada foi a primeira da Classe Imperial Marinheiro, construída no Arsenal de Marinha da Corte, em 1851. Naufragou na Restinga da Marambaia, em 1865.

Michel Massa, marcou “a vida literária e artística da capital brasileira com características originais” (Massa, 1971, p. 344).

Este estudo busca, portanto, resgatar a memória de *O Futuro*, valendo-se de alguns textos nele publicados, inclusive aqueles escritos por Machado de Assis, o que, por si, já confere àquela publicação um lugar de destaque na vida literária e artística do Brasil da segunda metade do século XIX. Este resgate, contudo, será sempre incompleto, algo vago, repleto de fragmentos e lacunas, podendo mesmo, por vezes e em alguma medida, ser tendencioso, o que, afinal, é próprio da memória que “reconfigura sempre o passado tendo por base as exigências do presente” (Rossi, 2010, p 28) ⁹.

Por sua vez, o presente está sempre a nos assombrar com fantasmas de um passado esquecido e soterrado sob imensos monumentos e panteões, eventos gloriosos e outro tanto de certidões e documentos oficiais. Sendo assim, por que não resgatar certos apagamentos, ocultações ou simples esquecimentos, iniciativas de indivíduos ou grupos que podem não ter alcançado a totalidade de seus objetivos, mas que por alguma razão difusa contribuiu para que algum monumento fosse erguido? Tal procedimento pode não ser suficiente para reescrever um passado já fixado, mas pode lançar alguma luz sobre as interpretações que o presente possa dele fazê-lo.

Para tanto, basta lembrar que a colaboração de Machado de Assis em *O Futuro* se deu num momento decisivo da sua trajetória de escritor ¹⁰. Mais adiante, darei outros detalhes deste momento, por ora, adianto que ele havia perdido sua coluna no *Diário do Rio de Janeiro*, um lugar que garantia publicidade para sua escrita e prestígio junto à comunidade letrada. No lugar de cronista que lhe foi reservado naquela nova publicação, ele procurava novas tintas para imprimir sua escrita, autores que pudessem lhe servir de modelo e, ao mesmo tempo, uma dicção própria.

Do mesmo modo, a intelectualidade brasileira e portuguesa vivia momentos de busca de sua própria identidade. Se a disposição de Machado de Assis podia ser percebida em sua crônica de estreia, o programa assinado por Reinaldo Montoro indicava que ele não estava sozinho nesta busca. Os colaboradores de *O Futuro* eram denominados “soldados da pátria intelectual” e estariam dispostos a se unir num “arraial comum [...], para concertar-nos nos preparativos à conquista da primazia intelectual” (*O Futuro*, 15/09/1862). As expectativas podiam parecer bastante ousadas, mas o redator argumentava com uma indagação que trazia

⁹ Rossi, Paolo. *O passado, a memória, o esquecimento – seis ensaios da história das idéias*. São Paulo, Editora UNESP, 2010.

¹⁰ Sobre isso ver Massa, 1971, pp. 350 – 376. Ver também; Casimiro, Renato. *Machado de Assis e o pugilato da ideias (1858 – 1878)*. Tese de doutorado – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Letras, 2013. (capítulo 03, pp. 133 a 207).

em si a resposta: “não tem vida própria ambas as nações, não tem consciência da sua força, não tem uma o passado que a sustentai não tem outra a grandeza da sua missão, que lhe fortalece a dignidade? (idem)

Esta seria a dúvida que acometia os homens de letras de Brasil e Portugal, “soldados da pátria” sitiados em territórios não hegemônicos. Diante da indiferença do público, da desvalorização de sua herança cultural, do descrédito de sua própria língua, todo esforço poderia se tornar nulo. Para tais questões, o programa de *O Futuro* apontava caminhos, se não a primazia, ao menos para a conquista de uma identidade intelectual própria: “[...] dar mais força à existência social de cada nação, promovendo com a *emulação nobre*, o adiantamento literário, que é a muralha ideal, sim, mas inexpugnável, que defende as nações contra estranho domínio” (idem, o grifo é meu).

Esta seria uma questão central que ocupava os homens de letras de Brasil e Portugal, dentre estes, se não todos, ao menos alguns dos colaboradores de *O Futuro*, sobretudo, Machado de Assis. O programa de *O Futuro* defendia a tradição clássica lusitana, com destaque para Camões¹¹ em oposição aos que negavam esta herança, dizendo da “graça francesa”, da “profundidade alemã” e do “positivismo inglês” (idem).

No caso específico dos brasileiros, havia os que, negando o antigo colonizador, alegavam a existência de uma tradição indianista que seria a fonte de uma identidade própria. Machado de Assis, como foi visto antes, não nutria qualquer simpatia por este movimento e, ao que parece, depois de abraçar em seus primeiros poemas o romantismo de Lamartine¹², estudava os poemas de Antonio Diniz da Cruz e Silva (1731 –1799). Seria esta sua forma de praticar a emulação nobre? Isso será visto mais adiante.

Assim, além de defender a valorização da literatura de língua portuguesa, *O Futuro* se punha ao lado daqueles que entendiam que a existência de um círculo intelectual vigoroso seria condição para o fortalecimento da própria nação:

Deixai os apaixonados da bolsa, os poetas do macadame¹³ e do ferro fundido, condenar a literatura e trocar um idealista, um pensador, um colecionador histórico pelo primeiro enfileirador de algarismos: as nações crescem, e conquistam o futuro com os primeiros, decaem e ficam presas ao sórdido

¹¹ Reinaldo Montoro foi um estudioso da obra de Luis de Camões, entre outros publicou um livro que comparava as comemorações do centenário do poeta, no Brasil e em Portugal: *O centenário de Camões no Brasil. O centenário de Camões em Portugal. Portugal em 1880*. Rio de Janeiro: s/e. 1880.

¹² Alphonse Marie Louis de Prat de Lamartine (1790 - 1869) Seus primeiros livros de poemas (Primeiras Meditações Poéticas, 1820 e Novas Meditações Poéticas, 1823) possuem uma carga de profunda melancolia, muitos deles, tendo por temas a religião e o amor, influenciando fortemente o Romantismo na França e em muitos outros países, inclusive no Brasil, sobretudo, a poesia de Castro Alves e Álvares de Azevedo.

¹³ Processo de calçamento de ruas e estradas desenvolvido, em 1820, pelo engenheiro escocês John Loudon McAdam e que utiliza mistura à base de pedra britada aglutinada e comprimida.

interesse com as almas pequenas que tudo vendem e tudo avaliam em dinheiro (idem).

O Futuro se configurava, portanto, como um lugar de debate intelectual sobre questões que envolviam a própria condição do escritor, do fazer literário, do homem de letras disposto ao “combate contra a estagnação intelectual das nossas pátrias” contra “os maldizentes das próprias nações, que só tem admirações e aplausos para obras de algibebe literários do estrangeiro” (idem). Haveria, portanto, a pretensão de influir no gosto do público, mais especificamente, havia o desejo de se contrapor a uma elite letrada, “sábios sem pátria”, para quem “tudo o que o Brasil e Portugal produzem é imperfeito” e a língua portuguesa “é bárbara, pobre; desenfiteada, é pedinte esfarrapada, que, quando muito, pôde furtar às ricas senhoras do norte a escola forçada de algumas traduções!” (idem)

Assim, embora tenha tido um fim prematuro, ao servir de abrigo para a pena de indivíduos empenhados em forjar uma identidade nacional e, ao mesmo tempo, no debate sobre os rumos de sua própria escrita, de sua condição de escritor, de homens de letras, *O Futuro* deixou suas marcas na vida literária brasileira.

III

Durante todo século XIX, fazer circular regularmente um jornal já seria uma grande audácia. Foram inúmeras as publicações que sequer conseguiam alcançar o segundo número, em especial, aquelas mais dedicadas aos assuntos literários. Tal precariedade se estendia à própria condição de autores e leitores e foi relatada em *O Futuro* na sua edição de número 07, de 15/12/1862, através da publicação de uma carta escrita por José Alexandre Teixeira de Melo endereçada a Francisco Ferreira Soares:

[...] bastava a enumeração das folhas literárias de todas as dimensões que se tem publicado nestes últimos dez ou doze anos no Rio de Janeiro, e que têm desaparecido ao 2º. 3º. 4º. e mesmo 1º. e único número, depois de haverem umas, luzido com o clarão incerto e trêmulo de estrelas que ensaiavam o brilho, de crianças, que tentavam os primeiros passos, como o seriam as publicações cheias de fogo e prometedoras de longa vida da primeira mocidade; outras, com o aspecto carrancudo, ou pelo menos grave, das publicações suculentas (muitas vezes apenas na intenção e nos desejos do Prólogo ou das duas palavras ao leitor) e, por via de regra, científicas, da idade madura; outras em fim, com risonho frescor, seguras de si mesmas confiadas na força que ainda não têm, e nas promessas do futuro, como o seriam as publicações dos vinte e cinco anos. (*O Futuro*, 15/12/1862, p. 217)

Muitas razões poderiam contribuir para a efemeridade daquelas publicações. O

programa de *O Futuro* assinado por Reinaldo Montoro já citara a própria desvalorização dos autores de língua portuguesa e, por conseguinte, a preferência dos leitores por publicações traduzidas do francês, do inglês ou do alemão, o que punha a literatura de língua portuguesa em situação periférica. Teixeira de Melo em seu artigo epistolar apontava outras razões.

Ele dizia do seu desejo de assinar e colecionar “todas as folhas literárias da juventude e da virilidade, que fossem aparecendo na Corte e nas províncias” (*O Futuro*, 15/12/1862, p. 217), mas acrescentava: “Eu tomara de bom grado para mim semelhante tarefa, se as nossas publicações fossem menos caras, ou se me fornecessem os periódicos em questão” (Idem). O alto custo dos livros e publicações literárias era a queixa recorrente e, em decorrência disso, a escassez de leitores fazia minguar não apenas a inspiração dos autores menos abastados, mas a sua própria existência. Assim concluía Teixeira de Melo: “A fatalidade que persegue as nossas publicações literárias persegue também parte dos que nascem entre nós, ou entre nós crescem com um raio de inspiração n'alma!” (*O Futuro*, 15/12/1862, p. 221) Para efeito comparativo, a assinatura anual de *O Futuro* custava 15\$000, para a Corte, e 17\$000, para as demais localidades. Isto corresponderia a 24 números, enquanto pelo mesmo período em edições diárias, o *Diário do Rio de Janeiro* custava 20\$000 na corte e 24\$000 nas províncias.

De fato, o preço da assinatura anual era elevado para os leitores, considerando, por exemplo, que, em 1862, o salário médio de um professor na capital do império não ultrapassava os 75\$000. Considere-se, ainda, que os jornais diários, como o *Diário do Rio de Janeiro* também publicavam material literário, inclusive os folhetins novelescos que faziam a alegria dos leitores. Quanto à falta de pontualidade na entrega dos exemplares, enquanto existiu, *O Futuro* manteve sua periodicidade quinzenal, saindo nos dias 1º e 15 de cada mês, apresentando cerca de trinta e duas páginas por edição, contendo, em média, sete textos por número, entre contos, poesia, crônicas, pautas musicais e alguma ilustração, sem matérias noticiosas nem propagandas e anúncios classificados. *O Futuro* foi uma publicação puramente literária.

Neste sentido, a iniciativa de Faustino Xavier de Novaes pode ser considerada uma exceção, diante da fatalidade que perseguiu as publicações literárias do século XIX, como assinalou Teixeira de Melo. Certamente, teria contribuído para este relativo sucesso a colaboração de autores conhecidos do público, dentre outros, o romancista português Camilo Castelo Branco que no primeiro número de *O Futuro* destacou o passado de glórias das letras de sua terra natal. Assim, “O melhor amigo de Luiz de Camões” apresenta algumas notas da biografia de Matias Salazar, um obscuro professor de latim que dedicou sua vida ao estudo da obra de Luiz de Camões. Matias Salazar indignara-se com as ressalvas que alguns contemporâneos seus faziam aos versos de Camões, em especial *As reflexões críticas sobre o*

episódio de Adamastor nas Lusíadas, do padre José Agostinho de Macedo:

Sábio algum, português ou estrangeiro, se atrevera a menosprezar o maior poeta do seu século! Lá fora as multiplicadas versões em todas as línguas; na pátria as sucessivas edições veneradas como o arquivo único dos fatos dela; o poema de Camões posto como base de eterno bronze às ruínas da nação que descobrira mundos e, assim mesmo, há um português que se chafurda na lama da inveja, e ousa sacudi-la à face do decrepito Portugal, que não tem mais glórias vivas que as do seu poeta! Profunda angústia excruciou o coração de Mathias (*O Futuro*, 15/09/1862).

Ramalho Ortigão foi outro escritor português que colaborou com *O Futuro*. Ele havia frequentado a roda boêmia e as páginas literárias que, na cidade do Porto, faziam parte Camilo Castelo Branco e Faustino Xavier de Novaes, sendo à época um autor ainda desconhecido dos leitores brasileiros. Na edição de número 04, de 01 de novembro de 1862 de *O Futuro*, saiu publicada sua “Crônica da literatura Portuguesa”, com a qual dava notícias de livros recém saídos dos prelos portugueses. A primeira destas crônicas trazia a resenha do volume de poesias de Joaquim Pinto Ribeiro, *Coroas flutuantes*. “A metrificação deste livro é algumas vezes dura, e por ventura incorreta [porém, se] não concorressem os defeitos que aponte, atrevo-me a asseverar que dificilmente encontraria poeta português deste século que lhe disputasse a primazia”.

No dia primeiro do ano seguinte, na edição de número 08, a resenha de Ramalho Ortigão foi dedicada às *Memórias do Cárcere*, de Camilo Castelo Branco, narrativa dos dias do autor e de Ana Plácido, na Cadeia da Relação do Porto. O encarceramento do casal havia emocionado a opinião local, uma história de amor proibido: Ana Plácido era casada com o brasileiro Manuel Pinheiro Alves, um rico comerciante que tinha seus negócios na cidade do Porto. O casal apaixonado foi preso até o julgamento, sendo depois absolvido do crime de adultério pelo Juiz José Maria de Almeida Teixeira de Queirós, pai de Eça de Queirós.

A resenha de Ramalho Ortigão não poupou elogios àquelas *Memórias*: “O livro de Camilo é uma coleção de esboços biográficos; é a fotografia de muitos dos seus vizinhos do cárcere; é a desgraça exatamente copiada pelo perfil que ela apresentava aos olhos do autor na Cadeia da Relação do Porto” (*O Futuro*, 01/01/1863). Além disso, sua crônica é uma tomada de posição em defesa do amigo exposto às especulações sensacionalistas e à crítica moralista:

Alguns sujeitos chocalheiros e metediços da vida alheia, fariscaram um escândalo no título deste livro. Pressupunham-no eles a escancarada história de um lar doméstico, uma espécie de boqueirão aberto por onde um ressentimento espezinhado haveria de manar ódios e vinganças. Tragaram estes uma triste decepção: Camilo deu a muitos dos seus confrades da imprensa um saudável exemplo de modalização literária, abstendo-se de servir a causa própria à custa dos leitores incautos (*O Futuro*, 01/01/1863).

Mesmo encarcerado, Camilo Castelo Branco continuava enviando textos para *O*

Futuro. É provável que, por isso, recebesse alguma remuneração. Talvez pretendesse iniciar uma série quando enviou um texto intitulado “Conhecimentos úteis”. Com doses de humor e crítica social, Camilo dissertava sobre tecidos das vestes humanas: “No principio, Adão e Eva amanheceram nus, e estavam contentes, ao que parecia, com a singeleza do seu trajar [...]” (*O Futuro*, 01/11/1862). Do pecado original às tecelagens inglesas, as vestimentas humanas seriam manchadas pelo sangue de suas presas:

O homem, que matou o homem, não sentiu repugnância em matar os bichos, e particularmente os carneiros. Com a morte violenta dos carneiros, veio a reforma no vestido. Começaram os homens a vestir-se com as peles das suas vítimas [...]. A Inglaterra tem lá consigo este provérbio: “o carneiro é o termômetro da prosperidade de um povo”.

Ora vejam onde está a prosperidade! E nós, os portugueses, temos muito mais barões que carneiros! E, depois que temos rebanhos de barões, pedimos frades; e de carneiros apenas se lembram alguma vez os legisladores para lançarem contribuições aos lavradores que os tem; os quais lavradores, para não pagarem o imposto, comem os carneiros. E como, a passo igual, mínguem os carneiros e crescem os barões [...] (idem).

Na edição de 15 de dezembro de 1862, Camilo inicia a publicação em *O Futuro* do folhetim “Que destino”, tratando das disputas amorosas com boa dose de tragédia. Dona Maria Máxima, juntamente com sua pequena filha, encontrava-se recolhida numa casa para mulheres. Ela fora uma adúltera, daí sua clausura. Seu marido era um rico comerciante e na descrição do autor, “tinha a esperteza da brutalidade desconfiada; a esperteza, feita nas velhacarias mercantis”. Conhecera seu amante quando ainda solteira, “um homem de sedutoras qualidades, que tinha em si todos os dons fascinantes com que o inferno enfeitava o Fausto”. Do enfrentamento de ambos, se deu a morte do amante. Algum tempo depois, o marido também morre e Dona Maria Máxima pode, então, sair de seu claustro: “Desfez-se do comércio, e viveu na opulência, e na dissipação. Teve amantes e sacrificou aos caprichos deles uma grande parte dos seus haveres” (*O Futuro*, 15/12/1862).

Há um tanto de efeito moralizante no destino da mulher adúltera. Sua filha Ernestina, “fez-se mulher; foi-o também para ser desgraçada”, pagando pelos pegados da mãe: “Fugiu com um aventureiro, que pediu à mãe um grande dote para salvar-lhe a filha da ignomínia” (idem). Seguindo a receita dos folhetins novelescos, os infortúnios de Ernestina ficaram para o próximo número de *O Futuro*.

Seguindo o destino de sua mãe, Ernestina também foi enviada para Recolhimento de São Cristovão, situado em Lisboa. Seu raptor fora preso e sentenciado ao degredo. Com a morte de sua mãe, herdou “um dote de aguçar cobiças em espíritos despreocupados” (*O Futuro*, 01/01/1863). Não demorou aparecer um homem disposto a desposá-la: “O noivo era um distinto jogador de bilhar na *Marrare das sete portas* em 1833”. O restaurante fundado

pelo cozinheiro italiano Antonio Marrare, na Rua dos Sapateiros, em Lisboa não devia ser de todo estranho aos leitores brasileiros de *O Futuro*. O estabelecimento tinha fama de ser frequentado por artistas, boêmios e pessoas de reputação duvidosa, o que já anunciava um triste destino para Ernestina. Fechando sua narrativa, Camilo tentou dar ares de veracidade a sua narrativa: “Poucos dias depois que eu a conheci, foi dali removida para um asilo de mendicidade”. Já Alberto – este era o nome do marido de Ernestina: “Pode ser que seja um destes viscondes a quem eu aperto a mão todos os dias”. (idem)

Apesar de dominar as artimanhas da escrita folhetinesca, não foi possível ao autor esconder sua escrita apressada com resultados bem distintos de seu romance de maior sucesso, *Amor de Perdição*, igualmente escrito no cárcere, no prazo de 15 dias. Também Ana Plácido colaborou com *O Futuro* nos números onze e doze. *A desgraça da riqueza* guarda alguma semelhança com *Que destino*, de Camilo Castelo Branco, narrando os sofrimentos da costureira Mariana que se deixa iludir pela fortuna, após ganhar um prêmio de loteria. Com a fortuna ela se afasta de seus familiares e amigos e se casa com Antão, que dela se aproxima apenas por interesse. Mariana acaba voltando para junto das pessoas de sua infância, enquanto Antão morre na África, acusado de tráfico de escravos. Em sua crônica publicada na edição de 15 de março de 1863 d’*O Futuro*, Machado de Assis comentou outro texto de Ana Plácido, *A Luz Coada por Ferros*, boa parte dele também escrito durante sua estada na prisão: “Uma mulher de espírito é brilhante preto; não é coisa para deixar-se cair no fundo da gaveta” (*O Futuro*, 15 de março de 1863).

A inserção dos folhetins novelescos em *O Futuro* seguia o modelo dos jornais que, durante todo o século XIX, faziam a alegria dos leitores, sobretudo, das leitoras. Antes de fundar seu próprio jornal, ainda em Portugal, Faustino Xavier de Novaes foi diretor da revista *O Bardo*, onde ali publicava seus poemas. Tinha, portanto, alguma experiência como editor de jornais. Além disso, já no Brasil, colaborou na *Marmota* de Paula Brito e na *Revista Popular*, de Baptiste Louis Garnier. Sob vários aspectos, *O Futuro* seguia o modelo que o editor francês imprimiu à sua revista, inclusive estampando alguns figurinos femininos e, como não poderiam faltar, os romances de folhetins, que ficavam a cargo de Alexandre Dumas, Octave Feuillet, Emile de Girardin e Charles Deslys.

Dessa forma, coerente com o projeto de dar voz aos autores de língua portuguesa, os pequenos romances de Camilo Castelo Branco seriam ainda uma estratégia para atrair a parcela feminina do público leitor. Pesou para isso também a amizade de Faustino e Camilo que colaborou com mais dois folhetins, *Dois casamentos*, no número 10 e 11, e *Agulha em Palheiro*, abrindo a edição de número 14 com uma dedicatória ao escritor português Antonio Feliciano de Castilho, mas que, no entanto, teve sua publicação interrompida, em função do

encerramento de *O Futuro*, na edição de número 20, no dia 01 de julho de 1863.

Os esforços para conquistar a atenção das leitoras podiam ser percebidos, ainda, na mensagem do editor Faustino Xavier de Novaes publicada no número 05 de *O Futuro*:

Devo prevenir a VV. EEx. que *O Futuro* não se limita a elucidá-las sobre enfeites: há de dar-lhes esclarecimentos sobre todas as modas, seja qual for o seu gênero. O meu correspondente particular de Paris anuncia-me que naquele grande foco de civilização, e de outras coisas mais, é moda reinante entre as Senhoras de bom gosto tomar por assinatura todos os periódicos literários. É de extraordinário alcance este uso, que eu me atrevo a aconselhar a V. EEx., que de certo o adotarão de bom grado. Eu, amante sincero do progresso, e de VV. EEx., ponho à sua disposição as páginas do meu livro de assinaturas. Convém notar que não é este o primeiro número do *Futuro*, consagrado especialmente às damas. Não foi, decerto, para os homens que se compôs a valsa publicada no número 03. (*O Futuro*, 15/11/1862)

O tom bem humorado de Faustino não escondia seus interesses, afinal a adesão das mulheres seria uma garantia a mais para a sobrevivência de *O Futuro*. Era a elas que um grande número de escritores dirigia seus romances, folhetins e resenhas da vida social: estreias teatrais, lançamentos literário, algum baile elegante ou a última moda de Paris nas vitrines da Rua do Ouvidor. Também as partituras para piano pretendiam atender à demanda de moças de boas famílias interessadas em apresentar seus dotes musicais nos saraus domésticos. Foi para elas que Faustino publicou a partitura de *Elvira*, composição de seu conterrâneo Artur Napoleão que depois, em 1866, iria se estabelecer no Rio de Janeiro.

Além da fidelidade das leitoras, *O Futuro* parecia contar também com a simpatia de Pedro II. Neste sentido, o jornal de Faustino Xavier de Novaes incorporou em suas páginas outro costume bastante difundido nos jornais do segundo reinado: a bajulação ao imperador. Assim, ainda no seu primeiro número e até a sua oitava edição *O Futuro* publicou os *Apontamentos Biográficos do Sr. Pedro II*, assinado por J.P de C, ou Joaquim Pinto de Campos – membro do clero e do Partido Conservador, aliás, uma exceção em meio aos demais colaboradores brasileiros, todos eles membros ou, ao menos simpatizantes, do Partido Liberal. Esta seria a fórmula de obter alguma subvenção imperial:

E como, não raro, bajulação torpe tem prejudicado os grandes, há quem qualifique – toda a verdade de lisonja – todo o louvor de adulação – todo o rigor histórico de calculo – toda a justiça de incenso.

Triste disposição de espírito, em todos os tempos e lugares, arrasta o homem insensivelmente para a maledicência, com que sonhamos elevar-nos, antes que para os encômios, que repelimos como se eles nos fossem hostis (*O Futuro*, 15/09/1862, p. 2).

Este esforço, no entanto, ao que parece, não foi suficiente para entusiasmar o monarca brasileiro e, tão pouco o governo português. Também não há certeza que, a exemplo do Real Gabinete Português de Leitura, *O Futuro* tenha obtido algum financiamento de comerciantes portugueses instalados no Brasil e interessados em amenizar as animosidades

que, desde a declaração da independência azedavam as relações do Brasil com a antiga metrópole e também alimentavam as desconfianças de brasileiros em relação aos cidadãos portugueses residentes no país.

A vitória de Pedro IV – primeiro imperador brasileiro que renunciou ao trono para se tornar rei de Portugal – sobre seu irmão D. Miguel havia inaugurado uma nova fase nas relações entre os dois países, sem, contudo, por termo aos litígios relativos não apenas aos tratados de comércio, mas, sobretudo, ao controle da emigração ilegal, aos alegados maus tratos sofridos por cidadãos portugueses residentes no Brasil e às questões sobre o tráfico de escravos das colônias portuguesas na África.

A tentativa de superação dos ressentimentos de ambas as partes iam além dos vínculos familiares existentes entre as duas coroas. É certo que Portugal temia perder sua força de trabalho para o Brasil, sobretudo quando seus interesses se voltavam para as remanescentes colônias na África. Faustino Xavier de Novaes seria mais um dos inúmeros cidadãos portugueses, sobretudo pequenos comerciantes do norte do país arruinados por uma economia estagnada, que viam buscar abrigo na antiga colônia. Com o pseudônimo de M. Reis Fojo Seabra¹⁴, Faustino publicou na edição de número 10 de *O Futuro* o poema em forma de hino “Brasil” que, em alguma medida, dá uma amostra do esforço do imigrante para se legitimar no novo país:

Salve grande nação, brasileiro povo!
Vem dar-vos nova lira um canto novo,
Sincero e não servil!
É pura a voz de um luso expatriado,
Que chora, de saudades traspassado,
Nos braços do Brasil!

Cessem caprichos vis, ódios impuros,
Que ergueram entre nós altivos muros,
Na escuridão fatal!
Já surgiu do progresso a nova aurora,
São livres, são iguais, irmãos agora
Brasil e Portugal!
[...] (*O Futuro*, 01/02/1863)

Outro exemplo seriam os versos assinados por *Ninguém* que, em duas edições de *O Futuro*, fez um testemunho que bem pode ser entendido como sua *canção do exílio*, com o título “Verdade e singeleza”:

¹⁴ Faustino Xavier fez uso de diversos outros pseudônimos em suas colaborações em jornais e periódicos brasileiros: Bernardo, Bernardo Júnior, J. de B. Pinto, Ramiro, C.C e M. Reis Fojo Seabra, com este último assinou dois poemas em *O Futuro*, além de “Ao Brasil”, e “Espera”, na edição de 01/04/1863.

Um dia, ao alvorecer de uma manhã de primavera, era eu homenzinho, e atravessei as devesas da minha aldeia, para subir ao tombadilho de um navio, que seguia viagem para as bandas do Brasil. [...] (*O Futuro*, 15/01/1863).

Oito vezes as flores amarelas do ipê, e as palmas vermelhas dos caetés matizaram os vales e as selvas, oito vezes as sapucaieiras alterosas recurvaram ao peso de seus frutos, oito anos, enfim, sem outono nem inverno, passaram vagarosos, em continua primavera, e sempre a minha saudade em pé, viva, ora melancólica e suave, ora triste e lacrimosa.

Quando os livros me diziam que o hábito é também natureza, que há sossego e alegrias fora da pátria como há cantos e melodias no sabiá encarcerado, eu interrogava-me receoso, e o coração estremecido respondia-me depressa:

— “Não, não há”...

E porque não chamaremos lamentos e queixumes às notas que a avezinha descanta em ferros? (*O Futuro*, 15/03/1863)

Em sentido inverso, havia uma elite composta de cidadãos portugueses remanescente da corte joanina que, uma vez enriquecida, inclusive com o comércio de escravos, tinha enorme peso na economia brasileira e que, por conta disso, exercia forte influência nas decisões de governo. Em contrapartida, pelo lado português, as remessas financeiras enviadas pelos emigrantes residentes no Brasil diluíam as animosidades ainda não de todo superadas. Isso porque, enquanto as poupanças da maioria menos afortunada serviam de alento para uma agricultura familiar que resistia a duras penas, sobretudo na região do Minho e de Traz os Montes, os lucros dos capitalistas financiavam os investimentos na indústria, nas empresas de serviços públicos, no sistema financeiro e na agricultura de grande escala¹⁵.

Ao que tudo indica, no entanto, *O Futuro* dependia mesmo da venda de assinaturas. Por conta disso, na edição de número 11 de 15 de fevereiro de 1863, o editor de *O Futuro* dedicou alguns versos a estes assinantes, inclusive aos que não honravam com o devido pagamento.

Porque o tal, caluniado,
Que é do *Futuro* assinante,
– Por gosto não a pedido –
Em coisas mil ocupado,
Na política entretido,
Não gosta dessa leitura;
Mas, porque tinha assinado,
Já pagou a assinatura.
Pois foi péssima a lembrança!
Acho agora muita gente
Que, fugindo à semelhança,
Porque tem foros de honrada,

¹⁵ A vasta biografia sobre as desavenças diplomáticas entre Brasil e Portugal no Brasil. Para este estudo, foi utilizado, sobretudo: Cervo, Amado Luiz. *Depois das Caravelas: as relações entre Portugal e Brasil – 1808 – 2000* / Amado Luiz Cervo, José Calvet de Magalhães; Dário Moreira de Castro Alves (organização e apresentação). Brasília: Editora UnB, 2000 (capítulos 02 - 06, página 97 a 255).

Assina espontaneamente,
Lê tudo, e não paga nada.
(*O Futuro*, 15/02/1863)

Naquela mesma quinta edição de *O Futuro*, Faustino publicou uma carta daquele que era considerado um dos mais influentes autores portugueses, Antonio Feliciano de Castilho que, em 1865, viria ao Brasil, com o intuito de divulgar o seu método de leitura em português (conhecido como *Método Português de Castilho*), sendo recebido, inclusive, pelo imperador Pedro II. Alegando inúmeros compromissos, Castilho lamentava não poder “tomar quinhão no banquete literário com que projetastes regalar a nossa gente d'aquém e d'alem mar, os leitores portugueses e os brasileiros”. Assim sendo, ao invés de um texto de sua autoria, Castilho apresentou aos leitores de *O Futuro* um poeta satírico ainda pouco conhecido, mesmo em Portugal, Antônio Simões de Cabedo, “pois imagino que, sendo a raça a mesma, e as mesmas as instituições políticas dos dois países, os costumes pouco poderão diferir, e a sátira, que numa parte acertar, não desacertará na outra” (*O Futuro*, 15/02/1863). Castilho destacava as semelhanças do ambiente cultural do Brasil e de Portugal, mas é provável que a indicação de Antônio Simões de Cabedo se devesse, também, ao fato de sua poesia, *Carta a um regedor*, guardar semelhanças com os versos do próprio Faustino Xavier de Novaes, ambos seguindo uma tradição que, na literatura portuguesa, tem Antonio Diniz da Cruz e Silva (1731 –1799), o autor de *O Hissope*, um de seus principais representantes:

Hoje custa achar emprego
para um moço bem nascido:
o comércio está perdido;
a marinha nada vai;
no exército de terra
são bandas por toda a banda;
e qualquer arte demanda
jeito e gosto especial.

Por essas secretarias
reina justiça de moiro:
aos néscios ouro e mais ouro;
os outros... ouvem-lhe o som.
Além d'isso a inteligência
cm breve lá se atrofia:
quem fez uma portaria
nunca mais faz nada bom!
(*O Futuro*, 15/02/1863)

Machado de Assis, na edição de número de 01/11/1862, também se arriscou neste gênero, publicando “País das Quimeras”. Esta narrativa, por ele denominada “conto

fantástico”¹⁶, tem muito do humor dos poemas satíricos do editor de *O Futuro* e dos poemas épico-cômicos do autor de *O Hissope*. Antonio Diniz da Cruz e Silva era bastante conhecido dos brasileiros, se não como poeta, ao menos como membro da comitiva portuguesa que julgou os réus da Inconfidência Mineira, sendo transferido, depois, para o Rio de Janeiro, onde faleceu em 05 de Outubro de 1799. *O Hissope*¹⁷, por sua vez, foi escrito em 1768, quando seu autor exercia a função de juiz na cidade de Elvas e ridicularizava os valores feudais, a mentalidade escolástica, a poesia gongórica, a aristocracia e os abusos praticados pelo alto clero.

Machado de Assis devia estar mesmo interessado nesse poeta, tanto que, no dia 26 de janeiro daquele mesmo 1862, publicou em sua coluna do *Diário do Rio de Janeiro* um poema sob a inspiração do *Hissope*, ridicularizando “a portaria do Sr. Presidente da Província do Rio de Janeiro a certo vigário, resolvendo umas dúvidas suscitadas por um sino sem badalo” (*Diário do Rio de Janeiro*, 26/01/1862). Em 1879, Machado de Assis voltaria a se arriscar no gênero com “O Almada” – poema épico-cômico em oito cantos, inicialmente publicado sob o título de “Velho Fragmento” na *Revista Brasileira* e em *A Estação*. Na sua “Advertência ao Leitor”, esclarece que seguiu o modelo do *Hissope*, de Antonio Dinis da Cruz e Silva e de Nicolas Boileau, autor de o poema heroico-cômico *Le Lutrin*:

Agora direi que não é sem acanhamento que publico este livro. Do gênero dele há, principalmente, duas composições célebres que me serviram de modelo, mas que não são verdadeiramente inimitáveis, o *Lutrin* e o *Hissope*. Um pouco de ambição me levou, contudo, a meter mãos à obra e perseverar nela (*OC*, iii, 783).

Por sua vez, “O País das Quimeras” é uma narrativa em prosa que se inicia com Tito meditando sobre os inconvenientes de qualquer viagem, fosse por mar, uma vez que “os carinhos de Anfitrite são um tanto raivosos, e muitas vezes funestos”, fosse por terra, pois “história dos caminhos de ferro, pequena embora, conta já não poucos e tristes episódios”. Tito era “poeta aos vinte anos, sem dinheiro e sem bigode” e, segundo o narrador, “a natureza se dividira para dar a Tito o que tinha de melhor e o que tinha de pior”, tanto no físico como nos valores morais. Assim, se o rosto era belo, eram os “pés prodigiosamente tortos, pernas zambras”. Da mesma forma, sua moral apresenta o mesmo aspecto “duplo do físico. Não tem vícios, mas tem fraquezas de caráter que quebram, um tanto ou quanto, as virtudes que o enobrecem”. Sua maior fraqueza foi comercializar a produção “da sua musa, não por meio de

¹⁶ Em 1866, Machado de Assis publicou no *Jornal das Famílias* o conto “Uma excursão milagrosa”, uma reescrita de “O País das Quimeras”.

¹⁷ O poema tem como tema uma das muitas questiúnculas eclesiais que se deu na Sé de Elvas e envolvia o deão e o bispo. O bispo se acostumara que o deão lhe entregasse o aspersório (o *hissope*) antes do início da missa. Como um dia o deão faltasse a este costume, o bispo recorreu aos cônegos que tornaram aquele costume uma obrigação. O deão, por sua vez, recorreu às instancias superiores que deram razão ao bispo. Com a morte do deão, seu substituto recorreu à Coroa, o que gerou pânico na Sé daquela cidade alentejana, a ponto do bispo negar a existência daquela obrigação.

uma permuta legítima de livro e moeda (...). As vendas que fazia eram absolutas, isto é, trocando por dinheiro os seus versos” (*O Futuro*, 01/11/1862)¹⁸.

Tito era um poeta romântico e, “como todos os homens de vinte anos, poetas e não poetas, sentia-se afetado da doença do amor”. Sua amada, “era um modelo da mais seráfica pureza e do mais perfeito recato de costumes e recebera “uma educação austera de seu pai, (...) homem de incrível boa fé, que, neste século desabusado, ainda acreditava em duas coisas: nos programas políticos e nas cebolas do Egito”. Apesar disso, ao declarar seu amor, ouviu dela “que era melhor voltar à vida real, e deixar musas e amores, para cuidar do alinhamento da própria pessoa” (*idem*).

O sofrimento causado pela negativa de sua amada deixa o poeta dividido entre dois projetos: “um concluía pela tragédia, outro pela asneira”, ou seja, o primeiro “era simplesmente deixar este mundo; o outro limitava-se a uma viagem, que o poeta faria por mar ou por terra”. Abandonado o projeto trágico, Tito decidiu-se pela viagem: “Mas qual o meio de mudar de sítio? Tomaria por terra? tomaria por mar? Qualquer destes dois meios tinha seus inconvenientes” (*idem*).

Mergulhado em suas dúvidas, Tito é despertado por uma visita inesperada, uma visão que lhe apareceu sob a forma de “uma sílfide, uma criatura celestial, vaporosa, fantástica, trajando vestes alvas, nem bem de pano, nem bem de névoas, uma coisa entre as duas espécies, pés alígeros (...)” (*idem*). No curso dos acontecimentos, depois de um breve diálogo, a sílfide convida o poeta para uma viagem ao País das Quimeras, “um país para onde viaja três quartas partes do gênero humano, mas que não se acha consignado nas tábuas da ciência”. Tito aceita o convite e, ao chegar ao destino, logo é levado ao soberano, que trazia na cabeça, assim como os membros de sua corte, um pavão que, de tempos em tempos, se arma e guincha: “O gênio das bagatelas, de que fala Elpino” (*idem*).

A referência ao poeta português Antonio Dinis da Cruz e Silva (ou Elpino, seu pseudônimo na Arcádia Lusitana) não seria gratuita. Os leitores de *O Futuro*, muitos de origem portuguesa, conheciam bem seu poema *O Hissope*, de 1768, de onde Machado extraiu o título do soberano. Esta seria uma condição para que a técnica da emulação fosse bem sucedida, uma vez que o leitor precisa conhecer o modelo seguido pelo autor, é preciso, portanto, que haja um repertório comum, um conhecimento que tornam próximos autor e leitor, caso contrário, o modelo seguido não é identificado. Por outro lado, o autor deve ter destreza ao medir a proporção de sua citação, sua adesão a um modelo, sob o risco de produzir mera cópia. No caso de um texto satírico em especial, o leitor precisa reconhecer também as alusões

¹⁸ Também *OC*, II, 739 – 750.

do autor, suas referências aos acontecimentos, caso contrário, haveria graves prejuízos à comunicação. Em “O país das quimeras”, o tom satírico foi empregado para descrever as tolices, as futilidades, as vaidades e os modismos de que se ocupava grande parte da sociedade, entre muitas outras, a cerimônia do beija-mão, “porque, segundo Tito ouviu depois, não se dá naquele país o ato mais insignificante sem que esta formalidade seja preenchida” (*idem*).¹⁹

Na excursão ao país das quimeras, também os excessos românticos e os modismos não seriam poupados. A narrativa prossegue com a sala sendo invadida por uma legião de moças “frescas, lépidas bonitas e loiras” que “receberam os carinhos reais como coisa que lhes era devida”. Eram as Utopias e as Quimeras, que o poeta “logo que as viu teve a impressão de conhecê-las de algum lugar”. Depois, Tito visitou a sala da rainha, ficando extremamente impressionado com aquela figura real finamente trajada: “É a Moda, cercada de suas trezentas belas caprichosas filhas” (*idem*).

O poeta visitou ainda uma sala em que um grupo preparava “massa quimérica” e, segundo lhe informaram, era massa cerebral, destinada a “certo número de homens de todas as classes, estadistas, poetas, namorados etc.; serve também a mulheres”. Tito quis saber mais sobre aquela massa, mas “não pôde arrancar-lhe (do chefe) mais uma palavra, porque ele, ao dizer as últimas, começou a olhar para o ar e a contemplar o vôo de uma mosca” (*idem*).

A crítica aos governantes, no entanto, torna-se mais ácida quando Tito alcança uma sala de entrada restrita: “Era uma sala onde muitos quiméricos, à roda de mesas, discutiam os diferentes modos de inspirar aos diplomatas e diretores deste nosso mundo os pretextos para encher o tempo e apavorar os espíritos com futilidades e espantalhos”. Tito teve tempo, ainda, de assistir a uma execução em praça pública: “O povo quimérico contemplou a execução como se assistisse a um espetáculo de saltimbancos”. Indagando se o condenado havia cometido algum assassinato, responderam-lhe que se tratava de “crime de lesa-cortesia (...), crime de não fazer a tempo e com graça uma continência; este crime é considerado naquele país como a maior audácia possível e imaginável” (*O Futuro*, 01/11/1862).

Por fim, Tito reencontra as Utopias e as Quimeras e, delas, obtém a resposta de onde o conheciam: “À noite, cansado das lutas do dia, recolhes-te ao aposento, e aí, abrindo velas ao pensamento, deixas-te ir por um mar sereno e calmo. Nessa viagem acompanham-te algumas raparigas... somos nós, as Utopias, nós, as Quimeras” (*OC*, ii, 749). Nesse momento, o poeta

¹⁹ A cerimônia do beija-mão foi trazida para o Brasil por D. João VI e consistia na liberação do acesso ao Paço Imperial, em determinados dias, quando o público podia apresentar alguma reivindicação. Em sinal de respeito, antes de fazer seu pedido, beijava-se a mão direita do monarca. Esse hábito foi mantido por D. Pedro I e, durante a campanha pela maioria de Pedro II, procurou-se restaurar a mística da figura imperial, restabelecendo o protocolo e as pompas reais nas solenidades públicas, inclusive o “beija-mão”.

parecia compreender as palavras de sua amada, que, ao recusar seus apelos, aconselha-o a voltar à realidade e melhor cuidar da sua própria pessoa: “Ah! sois vós, é verdade! Consoladora companhia que me distrai de todas as misérias e pesares. É no seio de vós que eu enxugo as minhas lágrimas”.

Não é possível saber com exatidão quando Machado de Assis escreveu “O País das Quimeras”. Pode ter sido um conto de ocasião, há muito guardado na gaveta, aguardando alguma oportunidade. José Veríssimo entendeu o “progresso” na obra de Machado de Assis como consequência não apenas de seu talento, mas também de sua aplicação e dos estudos realizados, somados à interlocução com outros homens de letras, destacando sua amizade com alguns portugueses escritores ou amadores das boas letras, citando, entre outros, alguns colaboradores de *O Futuro*: Reinaldo Montoro, Emílio Zaluar, e Faustino Xavier de Novais. Para Veríssimo, Machado de Assis foi “um dos raros senão o único escritor brasileiro do seu tempo que voluntariamente se entregou ao estudo da língua pela leitura atenta dos seus melhores modelos” (Veríssimo, 1963, p. 309). Sendo assim, segundo Veríssimo, Machado foi buscar na tradição, inclusive na tradição portuguesa, os modelos para sua própria escrita literária, praticando, desta forma, um estilo próprio, uma técnica própria de emulação. Seria esta a *emulação nobre* da qual dizia Reinaldo Montoro naquele que foi o programa de *O Futuro*?

Neste sentido, *O Futuro* pode ser pensado como um lugar de imbricação das literaturas portuguesa e brasileira, uma esquina, um lugar de diálogo e trocas, o que faria dele, um território a ser explorado, onde o olhar do pesquisador enfatiza mais o idioma e outras proximidades culturais do que as fronteiras estritamente nacionais e, por isso, pode supor uma comunidade literária luso-brasileira ou, em sentido mais amplo e considerando a autonomia de cada uma das nações, uma comunidade literária de múltiplas expressões da língua portuguesa.

De todo modo, a leitura de sua crônica publicada no primeiro número de *O Futuro*, em 15/09/1862, permite inferir que o autor estava buscando novas tintas para imprimir sua escrita:

Tirei hoje do fundo da gaveta, onde jazia a minha pena de cronista. A coitadinha estava com um ar triste, e pareceu-me vê-la articular por entre os bicos, uma tímida exprobração. Em roda do pescoço enrolavam-se uns fios tenuíssimos, obra dessas Penélopes que andam pelos tetos das casas e desvãos inferiores dos móveis (*O Futuro*, 15/09/1862).

Eram passados quatro meses desde o encerramento de seus “Comentários da Semana”. Difícil qualquer certeza sobre as razões que puseram fim a coluna de Machado de Assis no *Diário do Rio de Janeiro*, jornal comandado por alguns líderes do partido liberal em oposição ao gabinete comandado pelo futuro Duque de Caxias. De todo modo, seu último

“Comentário”, no dia 05 de maio de 1862, permite supor que possa ter sofrido algum tipo de censura ou admoestação: “Em um país onde as censuras da imprensa oposicionista se respondem com a personalidade, não é por certo fora das câmaras que a vida política se pode manifestar” (*Diário do Rio de Janeiro*, 05/05/1862).

Fosse qualquer outro o motivo, o preâmbulo de sua crônica de estréia em *O Futuro* tinha boas doses de melancolia e, no seu prosseguimento, os conselhos que dava à sua pena poderia revelar uma disposição de moderar suas críticas e a ênfase de suas convicções, evitando, sobretudo, envolver-se em polêmicas:

Vamos lá; que tens aprendido desde que te encafuei entre os meus esboços de prosa e de verso? Necessito mais que nunca de ti; vê se me dispensas as tuas melhores ideias e as tuas mais bonitas palavras; vais escrever nas páginas do *Futuro*. Olha para que te guardei! Antes de começarmos o nosso trabalho, ouvi amiga minha, alguns conselhos de quem te preza e não te quer ver enovalhada. Não te envolvas em polêmicas de nenhum gênero, nem políticas, nem literárias, nem quaisquer outras; de outro modo verás que passas de honrada a desonesta, de modesta a pretenciosa, e em um abrir e fechar de olhos perdes o que tinhas e o que eu te fiz ganhar. O pugilato das ideias é muito pior que o das ruas; tu és franzina, retrai-te e fecha-te no círculo dos teus deveres, quando couber a tua vez de escrever crônicas. Seja entusiasta para o gênio, cordial para o talento, desdenhosa para a nulidade, justiceira sempre, tudo isso com aquelas meias-tintas tão necessárias aos melhores efeitos da pintura. Comenta os fatos com reserva, louva ou censura, como te ditar a consciência, sem cair na exageração dos extremos. E assim viverás honrada e feliz (*O Futuro*, 15/09/1862).

Com o cancelamento de seus comentários no *Diário do Rio de Janeiro*, o cronista vivenciou também momentos de autocrítica, quando pôde melhor avaliar as possibilidades, os limites e os riscos da atividade jornalista, sobretudo, comentando os acontecimentos políticos e do ambiente cultural da capital do império. Em *O Futuro* ele teria encontrado a liberdade necessária para experimentar novas tintas para sua pena, ou seja, elaborar novos arranjos para sua escrita. Assim, além do imprescindível talento e de uma vocação que podem (ou não) ter aflorado espontaneamente, razões objetivas e materiais teriam contribuído, de forma decisiva, para o seu amadurecimento, o que, por si, confere a *O Futuro* um lugar de destaque no panorama da imprensa do século XIX.

Diferente do *Diário do Rio de Janeiro*, o jornal de Faustino Xavier de Novaes era uma publicação mais voltada aos assuntos literários, não possuindo maiores compromissos partidários, a despeito das filiações que pudessem ter os seus colaboradores. Isto teria contribuído para que seu espaço em *O Futuro* pudesse se tornar um lugar de experimentações que, mais tarde, sobretudo a partir das *Memórias póstumas de Brás Cubas* de 1880, iria aplicar nos seus contos e romances, conforme anotou Luís Costa Lima, em referência as crônicas de “A semana”: “A versatilidade do narrador já seria em si uma adaptação por Machado de Assis de um princípio de estilo que ele desenvolveu na crônica” (Lima, 1990, p. 186).

Neste sentido, a estada de Machado de Assis em *O Futuro* teria sido mais que um abrigo, um exílio decorrente de um momento de crise. Uma crise que já se manifestara dois meses antes do encerramento de sua coluna no *Diário do Rio de Janeiro*, no dia 22 de fevereiro de 1862: “desgostoso e enjoado com as misérias políticas de que nos dão espetáculo os homens que a aura da fortuna ou o mau gênio das nações, colocou na direção, patente ou clandestina, das coisas do país” (*Diário do Rio de Janeiro*, 22/02/1862).

Afastado das disputas comezinhas da política, o cotidiano dos gabinetes e do parlamento, ele pôde desfrutar da companhia de homens mais interessados no debate literário e questões mais universais, o que teria contribuído para o seu amadurecimento e reflexão, exercitando sua pena por arranjos e caminhos que podiam causar alguma estranheza aos olhos sisudos e mais interessados nas gravidades e urgências da administração pública e das disputas partidárias.

Seria precipitado, no entanto, apostar que o cronista de *O Futuro* se afastaria do pugilato das ideias, *O país das quimeras*, escrito poucos números depois daquela sua crônica de estreia, viria demonstrar que sua pena permanecia afiada.

A colaboração de Machado de Assis em *O Futuro* foi bastante variada, exercitando diversos gêneros literários. Além de crônicas e do conto “O país das quimeras”, publicou também poesias: “Aspiração”, no número 02 e dedicada a Faustino Xavier de Novaes; “Fascinação”, no número 08; no número 13 apareceu “O acordar da Polônia”, incluído depois em *Crisálida* (1864), com o título de *Polônia*; “Ventoinhas” no número 14 e, no seguinte, “Sinhá”.

Apesar de “O acordar da Polônia” ser um poema de solidariedade para com a rebelião popular contra o domínio russo, foi na crônica que Machado de Assis deu mostras que não desistira do *pugilato das idéias*, como tentarei demonstrar mais adiante. As crônicas ocuparam a maior parte das tintas de sua pena, num total de 16 textos que, seguindo a tradição dos folhetins *fait divers*, sobrevoavam temas dos mais diversos.

Ele, no entanto, só retornaria àquele posto na edição de número 06, ali permanecendo até o desaparecimento de *O Futuro*. No campo das artes, Machado de Assis exercitou a crítica sobre teatro, literatura e, até mesmo, artes plásticas. Também os temas políticos teriam lugar em sua crônica, embora moderasse a veemência de sua antiga coluna no *Diário do Rio de Janeiro*. A exceção foi quando coube comentar a *Questão Cristhie*, o entrevero entre o Brasil e a poderosa Inglaterra. Diante da ameaça a frágil soberania nacional, sua pena de cronista esqueceu-se dos conselhos que lhe pediam meias tintas. Estas crônicas serão mais bem observadas na sexta e última etapa deste estudo. Por ora, peço paciência ao leitor.

IV

No segundo número de *O Futuro*, coube a seu editor o lugar da crônica. Esta não era uma especialidade sua e, por isso, pedia vênias, citando, inclusive, uns versos de Bocage: “Valha a desculpa, se não vale o canto”²⁰, para, em seguida, com sua verve humorada, acrescentar:

[...] de crônica não terá mais que o nome; de acontecimentos notáveis, e pertencentes à crônica, coisa nenhuma. E não é porque os não haja; é porque eu não sou nenhum mexeriqueiro que ande por aí espreitando a vida alheia, para vir contá-la aqui, em segredo, aos meus leitores. “Valha a desculpa, se não vale o canto” (*O Futuro*, 01/10/1862).

Na mesma edição, Faustino publicou duas poesias satíricas: “Faz-me o favor do seu fogo” e “Embirração”, esta última, dedicada a Machado de Assis que também foi lembrado na sua crônica:

O meu colega, encarregado da crônica do primeiro número deste periódico, foi mais feliz. Encontrou-se com uma pena que não via há muito tempo, estabeleceu com ela um extenso diálogo, cujo termo foi também o de uma página, e venceu assim uma dificuldade que me está dando água pela barba, inundação de que o dito meu colega está livre (*idem*).

A razão de suas desculpas não seria tanto a falta de assunto, que tanto atormentava os cronistas: “A literatura vai dando que fazer aos cronistas. Já se não passam quinze dias sem que apareça alguma obra literária, de mais ou menos valor” (*idem*). Faustino se encarregava de várias tarefas para fazer circular seu jornal: convite aos autores, acompanhamento da composição, revisão das provas e até venda de assinaturas. Tantas ocupações não lhe deixavam muito tempo para se manter atualizado. Assim, ao dizer apressado do livro de poesias de Gonçalves Magalhães, justificou: “Emitir uma opinião sobre o mérito deste livro era dever meu, bem o sei; mas luto com uma dificuldade, que o não seria para muitos críticos de polpa. É que ainda não li a *Urânia*” (*idem*).

O mesmo se deu com a encenação no Teatro Ginásio de *Lisbela*, de Joaquim Manoel de Macedo. Já sobre a coleção *Museu Literário* que acabara de lançar um novo título, “Por causa de um alfinete”, de Jules-Romain Tardieu, usou de seu humor e alguma ironia:

A epígrafe é a seguinte: “Procura e acharás”. A redação do *Futuro* deseja ardentemente que os amantes das letras procurem com avidez o *Alfinete*. A empresa, receando que o não achem, trata de preparar *A Lamparina* que será a segunda publicação do *Museu Literário*. Oxalá que o auxílio da *Lamparina* sirva apenas para se procurar, de balde, nas estantes dos livreiros, um exemplar da *Lenda de Saint-Germain* (*idem*).

²⁰ Extraídos no prefácio que o próprio Bocage escreveu para a sua tradução das *Metamorfoses* de Ovídio.

A matéria da crônica, no entanto, era mesmo as dificuldades de manter vivo um jornal literário: “Imaginam lá os contratempos a que se vê exposto o infeliz que tem a seu cargo a direção de um periódico literário!” (idem) Os assinantes não honravam seus compromissos e faziam críticas ao formato do jornal, à semelhança de um tablóide e com texto em uma única coluna, algo um tanto estranho para os leitores da época, acostumados com páginas de maior tamanho e texto distribuído por várias colunas:

Um periódico que encerra cinco artigos, ocupando 40 páginas e uma gravura e que só desagrada pelo formato é um excelente periódico. Falta-lhe só crescer, ou diminuir, e tudo isso poderá suceder com o tempo. Isto não é queixa, acusação ou coisa que o valha. Acho o caso engraçado, é um acontecimento da quinzena, e julgo-me obrigado a contá-lo aos leitores. A tal respeito limito-me a declarar que também não gosto do formato do meu ex assinante, cujo nome não digo a ninguém.

Havia ainda os gargalos que ameaçavam a periodicidade do *O Futuro*, dependente da habilidade manual de alguns poucos profissionais, muitos deles iletrados:

Para aqueles que não sabem como correm estas coisas de imprensa é precisa uma satisfação; sem ela, acusariam a crônica de temporã, supondo que seria melhor escrevê-la mais tarde, e falar mais largamente da *Urania*, do *Museu Literário* e da *Lisbella*.

Ora eu lhes conto. Vai um artigo para a tipografia. O compositor, para não desmentir o nome, *compõe*. O autor, que não é obrigado a entender todas as línguas, compreende apenas que foi descomposto, enche a prova de rabiscos, e devolve-a. O Tipógrafo, que também não tem obrigação de saber música, vê-se mais embaraçado que da primeira vez, e cuidando que é deveras solfa o que tem diante de si, começa a executar variações, e lá vem uma desafinação horrível arranhar de novo os ouvidos do autor do artigo. E assim, de cá para lá, e de lá para cá, vai fugindo o tempo [...] (idem).

Apesar de seus muitos afazeres, Faustino publicou textos de sua autoria assiduamente, sobretudo poesias e também alguma outra prosa. Bom exemplo disso foi o poema “Dinheiro”, que apareceu no número 08 de *O Futuro* e se estendeu até o número 16. No seu prólogo, o autor explicava aos leitores suas intenções ao escrever aquele longo poema:

Abri a edição dos *Lusíadas*, por José da Fonseca, impressa em Paris, em 1846, e lembrei-me de escrever dez sátiras, que tantos são os cantos do inimitável poema, dando a cada uma delas o número de versos que contém cada canto, servindo-me de todas as suas rimas, de versos inteiros todas as vezes que o permitisse o assunto, aproximando-me, finalmente, o mais que pudesse do poema.

Eis as primeiras estrofes:

I
Valem pouco os *Barões assinalados*
Que, despidos na *praia lusitana*,

Per mares nunca d'antes navegados,
 A nado foram ver a *Taprobana:*
 Outros herois eu canto que, *esforçados,*
 Foram pescar mais longe carne *humana,*
 E palácios, depois, *edificaram,*
 E seus nomes, crismados, *sublimaram*
 II
 Nestas grandes empresas, *gloriosas,*
 Vai-se a elástica bolsa *dilatando,*
 Como as leis da moral, por *viciosas,*
 Se vão nestas viagens *devastando:*
 Bem sabem estas almas *valiosas,*
 De peias a consciência *libertando,*
 Que é monarca o dinheiro em toda a *parte,*
 Se aos vassalos não falta *o engenho e arte.*
 III.
 Ama o dinheiro o Grego e o *Troiano,*
 E, falso, ninguém diz se algum *fizeram ;*
 Nem juro, *d'Alexandre* e de *Trajano*
 Que soubessem ganhar o que *tiveram.-*
 Turco, mouro, francês ou *lusitano,*
 Todos à sua voz *obedeceram;*
 E com razão; — sabemos como *canta,*
 E como, tendo-o, a gente *se alevanta.*

Em outros momentos, seus textos se referiam às dificuldades de manter vivo *O Futuro*, como nos versos que saíram impressos na edição de número 11, onde imaginava as preferências dos leitores:

O senhor Matheus Mathias,
 Assinante do *Futuro*,
 Muito amante de poesias,
 Procura todos os dias
 Ao coração, já maduro,
 Dar mimosas iguarias:
 [...]

Mathias Matheus, mais sério,
 Homem de senso e critério,
 Gosta só do positivo:
 Na poesia acha mistério,
 Julga-a, de mais, vaporosa,
 E, velhaco e de olho vivo,
 Quase, quase diplomata,
 Só lhe agrada a que é rançosa,
 Prosa vilã, prosa chata,
 Em que a política é tema,
 Que d'outra coisa não trata;
 Apenas lê, por sistema.
 As grandes folhas diárias,
 E é só dessas assinante;
 Foge às coisas literárias,

Que sono tem já bastante.
 [...] (*O futuro*, 15/02/1863).

No último número, Faustino publicou um poema dedicado ao amigo Camilo Castelo Branco: “Meu Camilo. Velho amigo. / Mestre que, em eras ditosas, / Me deste prestante abrigo / Destas plagas tão formosas / Quero conversar contigo” (*O Futuro*, 15/06/1863). Na realidade, aqueles eram versos de uma carta, dizendo das suas agruras de emigrante no Brasil, tentando se sustentar somente de seu suposto talento literário:

[...]
 Nesta carta se descobre,
 Que, do Brasil se te escrevo,
 Já sou parvo, ou inda pobre.
 [...]
 Dizer-te mal desta terra,
 Não direi, não sou ingrato;
 Mas (quem te jurar não erra)
 Cá ou lá, ser literato
 A' riqueza é fazer guerra.

Tenho amigos, é verdade,
 Mentia, se te negasse;
 Sei até que, se a amizade
 Fosse coisa que engordasse,
 Tinha eu cachaço de frade.
 [...]
 Adiante. Subi um furo;
 Fui às nuvens elevado.
 Sou redator do — FUTURO —;
 Mas olha que estou passado,
 Que o presente é osso duro.
 [...]
 Eu sei que ser jornalista;
 Com maus versos, e más prosas,
 Andar dos cobres na pista,
 É nestas eras famosas,
 Ter olhos e não ter vista.
 [...]
 Veio o — FUTURO — a terreiro,
 E aos assinantes foi dado,
 Mas, depois, fui tolo inteiro,
 E confesso-o envergonhado.
 Mandei-lhes pedir dinheiro!...
 [...]
 Seguiu-se o castigo ao crime;
 Bradaram muitos: “Não pago!”
 E o que de pagar se exime
 Não se abranda pelo afago,
 Nem esta queixa o deprime!

E a casa tem senhoria,
 Querem paga os gravadores,
 Quer paga a tipografia,
 Querem-n'a alguns escritores
 E eu também a aceitaria.

E quem pagou por inteiro
 O preço da assinatura,
 Se eu for vender o tinteiro,
 Ou goste, ou não, da leitura,
 Dirá que sou caloteiro!
 (idem)

Mais adiante, Faustino lembrava ao amigo os dias de boemia literária na cidade do Porto:

Ai! Camilo, que saudades
 Tenho das noites compridas
 Em que, amigos e confrades,
 Vinham gentes bem vestidas
 Ouvir-nos nuas verdades!

Tivemos ótima escola
 No teu *mundo patarata*;
 E a lembrança me consola
 De que se eu gritava: “mata”
 Lá bradavas tu: “degola!”

Não deixávamos inteiros
 Pretensiosos estadistas,
 Ou falsos testamenteiros,
 Nem nobres contrabandistas,
 Nem fidalgos *moedeiros*.
 (*O Futuro*, 15/06/1863)

Destoando de seus costumeiros textos repletos de humor e de crítica social, na edição de número 13, Faustino Xavier de Novaes escreveu para *O Futuro* o “esboço biográfico do português Manuel Jorge Rodrigues, (1777 – 1845), militar que veio para o Brasil, participando da conquista da Província Cisplatina, sendo nomeado marechal e, depois, em 1840, comandante das tropas da corte. Difícil dizer das razões da homenagem. Talvez Faustino mantivesse relações de amizade com o filho do militar, José Antônio Calazans Rodrigues, político de alguma influência que viria assumir, inclusive, a presidência da província do Ceará, em 1870.

A bajulação, no entanto, não era o forte de Faustino, mais adepto a sátira, a paródia e a crítica aos poderosos. Assim sendo, fosse pura bajulação ou sincera manifestação de afeto, nem Pedro II ou o amigo político foram capazes de evitar a bancarrota de *O Futuro* e, em

consequencia disso, de seu editor. Faustino permaneceu no Brasil e, a se confiar numa carta enviada a Camilo Castelo Branco, em 23 de outubro de 1866, tinha uma vida modesta: “Tenho atualmente dois empregos; labuto muito; satisfaço a obrigação que me impus de mandar mensalmente a meu pai 30\$000 réis fortes, e o resto chega-me para viver, tendo casa e mesa gratuitas, não indo a divertimento de gênero algum, vivendo na maior modéstia”. As dificuldades devem ter contribuído para que se afastasse das rodas literárias: “Só faço versos quando me pedem e não posso eximir-me. Linha espontânea não escrevo uma só [...] Tenho tido vida cruel. Tenho sofrido amargas decepções; e, se ainda gracejo, não é isso por hábito. [...] A pena já me não é passatempo”²¹.

Faustino Xavier de Novaes morreu em agosto de 1869 de encefalite: “Sem frenesis nem grandes paroxismos da robusta razão que vasquejava, passou a um sereno e risonho idiotismo” – escreveu Camilo Castelo Branco sobre o amigo²². Sua irmã Carolina Xavier de Novaes veio de Portugal para acompanhá-lo em sua enfermidade e conheceu Machado de Assis, com quem veio a se casar em 12 de novembro de 1869.

Em 1870, com o título de *Poesias Póstumas*, foram publicadas algumas poesias ainda inéditas de Faustino Xavier de Novaes. No prefácio ao livro escreveu Machado de Assis:

Faustino Xavier de Novaes desceu ao túmulo com a reputação de poeta satírico, rapidamente criada em ambos os países da língua portuguesa. Mas a sátira não resumia todo o seu talento; era digamo-lo assim, a face que ele voltava para o mundo exterior. Todos o admiravam como um brilhante castigador das coisas ridículas do tempo, que observava com a sagacidade e fustigava com singular intrepidez. E, todavia, aquela gargalhada honesta e galhofeira não era a única expressão do poeta, que também sabia suspirar e chorar.

Abram este livro e verão que ele conhecia também a musa melancólica, pessoal, egoísta – a musa indiferente e superior aos vícios do mundo, eterna devaneadora de fugitivas quimeras. Guardava, porém, esses versos de sua inspiração solitária, e se alguns raras deu à imprensa, fê-lo com supostos nomes, não sei se por modéstia do talento, se por orgulho do coração (Assis, 1870, p.01)²³.

Faustino Xavier de Novaes, como muitos outros seus contemporâneos, é hoje um nome esquecido, a despeito disso, sua importância deve ser medida não tanto por sua obra, mas por sua ação no ambiente cultural de seu tempo. Por sua vez, *O Futuro* pode não ter alcançado uma vida longa, mas serviu de espaço para o exercício e a experimentação da escrita e da reflexão de vários homens de letras, tornando-se um espaço público de debate de ideias e contribuindo, em alguma medida, para o desenvolvimento da vida literária brasileira.

²¹ Esta carta foi inserida por Camilo Castelo Branco em uma antologia de poetas brasileiros e portugueses: *Cancioneiro alegre*, Porto, Tipografia de A.J. Teixeira, 1879 (pp. 529 a 532).

²² *Idem*, p. 532.

²³ Machado de Assis. “Prefácio”. In: Novaes, Faustino Xavier de. *Poesias Póstumas*. Rio de Janeiro, Tipografia do Imperial Instituto Artístico, 1870.

Por conta disso, a seguir, destacarei alguns destes homens de letras que participaram de *O Futuro*.

V

Sob o título de “Visita Imperial ao estabelecimento de ótica de José Maria dos Reis”²⁴, publicado em duas edições de *O Futuro*, nos números 13 e 15, Luis Delfino procurou traçar a trajetória do homem em direção ao conhecimento e ao aperfeiçoamento técnico. Os povos, “acordando em seus berços de infância, ergueram-se por vez primeira, o astro da inteligência aparecia no horizonte da humanidade, e os seus raios desde logo decompunham a natureza bruta e sujeitava-a” (*O Futuro*, 15/03/1863).

O médico Luis Delfino chegou a ser considerado *Príncipe dos Poetas* e o *Vitor Hugo brasileiro*. A despeito disso, é um caso raro entre os escritores do século XIX, uma vez que sua vasta obra poética foi publicada somente nos periódicos da Corte, não deixando nenhum livro em vida, razão pela qual, mesmo escolhido, não pôde fazer parte, em 1896, do grupo de fundadores da Academia Brasileira de Letras. Por outro lado, em sua colaboração em *O Futuro*, dizendo dos avanços da ciência, o homem que dedicou sua vida à medicina, para não desagradar às musas, acabou dando ares de romance à sua dissertação:

Foi em uma bela manhã agitada por ventos sussurrantes e tépidos tendo ao longe os cumes das montanhas a desprenderem-se dos rolos de algente neblina, e a mostrarem os dentados visos a dourarem-se dos primeiros raios de luz, e quase a tremerem entre diáfanos rosiclères. [...] foi em uma dessas manhãs que um mancebo de cabelos negros, olhos chamejantes, tez pálida, pés ensangüentados, e respiração fadigosa, pedindo ao vento que passava golfadas de ar e fresquidão, que vivificassem um sangue, que o cansaço, a fome, as emoções queimavam demais [...] que um mancebo parou ante o rio, que desdobrava ruidoso pela planície o branco lençol de suas águas, e brincando e lambendo as pedrinhas e as relvas das margens [...] De repente ergueu-se, e disse para o rio: Vai tu mover a roda do meu moinho (idem).

Do moinho à pólvora e às caravelas, de conquista em conquista, o médico poeta recheia de imaginação a caminhada ao progresso e chega à grande novidade do século, a locomotiva:

Esperai um momento. Ouvi um prolongado sibilamento. É o bater das azas da

²⁴ Português, natural dos Açores, José Maria dos Reis veio para o Brasil nos primeiros anos da década de 1820. Estabeleceu-se, inicialmente, como negociante de pequeno porte, dedicando-se à importação de objetos óticos, vindo a fundar, em 1837 na Corte do Rio de Janeiro, uma casa comercial com esta finalidade. Dez anos depois abriu mais duas oficinas, uma de instrumentos científicos e outra de marcenaria.

nova pomba que traz atravessada no bico o ramo de oliveira. Andáveis perdidos em mar infundo de trevas. Ides pôr pé em terra. Ouvi mais próximo e mais constante o pesado ruído? Ouvis resfolegar o monstro? É a locomotiva que se aproxima. Vem arrancar-vos do grabato enriquecer vossa família, esclarecer-vos a inteligência, fazer-vos ver a face boa de Deus, e amá-lo em sua providência (*O Futuro*, 15/04/1863).

Apesar de todo seu entusiasmo, Luis Delfino alertava a seus leitores que não estavam livres das contradições que podiam soar como uma ameaça:

Como todas as cousas humanas a realização das idéias estão longe de ser, como os filósofos a pensam, e a querem. O passado vem disfarçado em paixão, em fanatismo, em orgulho, em vingança, em ódio, e mescla as suas tenebrosas mãos na obra, e a polui e a degrada (idem).

Por fim, justificando o título de sua dissertação, Luis Delfino fez sua propaganda, seu *merchandising*: “Pequenos modelos dos instrumentos, que a ciência tem dado ao homem e com que o homem tem atado ao seu carro triunfal submissa a natureza, encontrareis no vasto estabelecimento de óptica do Sr. José Maria dos Reis” (idem). Seguem-se elogios ao estabelecimento, sua contribuição para a ciência, para o progresso e para o desenvolvimento da nação.

Guilherme Candido Belegarde é outro colaborador que merece ser destacado. Em seu artigo intitulado “Ensino das classes operárias”, Belegarde enaltecia “a reforma radical, operada nas sociedades humanas pelas luzes do cristianismo” e defendia a educação das mulheres e das classes menos afortunadas da sociedade, chamando atenção para as contradições de um progresso que, ainda trouxesse benefícios, empurrava multidões para um estado de dependência, pobreza e miséria:

[...] a par com o progresso incontestável, que se nota universalmente, vê-se com entranhável mágoa que a miséria agrilhoa ainda os pulsos de uma parte considerável da sociedade humana e que, para contrastar a grandeza e fausto das mais opulentas nações, vegeta ao lado delas, nos limbos da ignorância e da penúria, uma tribo inteira de artistas e operários para os quais nem sequer chegam os sobejos do banquete opíparo da civilização moderna. São os vencidos, que o carro do progresso arrasta após si (*O futuro*, 1/10/1862).

O autor não chega a questionar o sistema de trabalho escravo que imperava no Brasil e em Portugal, mas apontava que os abismos sociais que poderiam por em risco a estabilidade das nações:

A liberdade de trabalho e a igualdade civil existem de direito e a prática diuturna as corrobora. Há, entretanto, cruéis exceções. Quem ignora que o pauperismo vai solapando as sociedades mais fortemente organizadas da Europa; e que pode, ainda que em remoto futuro, ameaçar com o lutuoso cortejo de suas desgraças alguns dos Estados do novo Continente?

Entre as propostas para amenizar as disparidades sociais, Belegarde defendia, entre outras, o direito de acesso das mulheres à instrução escolar, visando à sua maior autonomia:

O lar doméstico e a vida da família constituem a existência normal da mulher. A sua co-participação na vida política não passa até o presente de mera utopia, que, aliás, não é justo confundir com a aspiração legítima, que deve ter toda a pessoa de prover a sua subsistência pelos recursos da própria inteligência e atividade. [...] Pela educação da mulher atuemos, pois, sobre os destinos das gerações por vir (idem).

Quantos aos homens trabalhadores, Belegarde reconhece aponta que: “Mesmo nos países mais adiantados escasseiam-lhes os recursos e impõem-se-lhes trabalhos incomportáveis” (idem). Ele não chega a cogitar a criação de organizações de classe ou sindicatos, mas tão somente de associações de amparo que funcionassem também como espaço de recreação e instrução:

São esses os centros de reunião em que os operários diariamente se encontram com seus pares, com eles praticam, e onde, além disso, podem entregar-se a leituras proveitosas, pois que uma biblioteca faz sempre parte integrante desses úteis estabelecimentos (idem).

Com ideias mais progressistas e também sintonizado com o liberalismo em voga, Antônio Rangel de Torres Bandeira publicou “Economia política, colocando em seu caput a questão do trabalho livre: “a liberdade do trabalho e a concorrência, seus efeitos são prejudiciais à classe operaria?” (*O Futuro*, 15/01/1863) Este artigo foi citado por Roberto Schwarz²⁵, exemplificando como, no Brasil escravista, certas ideias *fora de lugar*, eram alardeadas pelas elites letradas. Torres Bandeira seguia o pensamento *laissez-faire* do francês Charles Dunoyer e do italiano Pellegrino Rossi, para quem, o trabalho livre era, antes, uma questão moral, algo “impolítico e abominável” (idem). Isso porque “o fenômeno da *produção* é também um fato moral” e que, sendo o trabalho “uma força não somente física, mas também eminentemente moral”, a falta de liberdade, além de atentar contra a moral é “rebaixar o homem ao nível do bruto”, concluía o autor (idem).

Em posição oposta à grande parte da elite escravista, Torres Bandeira argumentava que não haveria prejuízo para o trabalhador quando fora da proteção de um senhor. Diferente de proteção e julgo, caberia ao trabalhador “receber mais proveito, colher maiores vantagens daquilo que é indispensável ao mesmo trabalho”. Além da questão moral, Torres Bandeira entendia que o trabalho livre seria mais produtivo, uma vez que, “é esse um incentivo, um estímulo que produz bens irrecusáveis” e que o trabalhador teria “mais energia”

²⁵ “Ideias fora de lugar”: *Ao vencedor as batatas*, São Paulo, Editora 34, 2003, p. 11.

atuando “com toda a segurança na cultura dos diversos ramos da indústria” proporcionando “ao capital e ao solo, um amplo espaço em que melhor se poderão desenvolver e obrar” (idem).

Por fim, entre as vantagens do trabalho livre e no mesmo espírito *laissez-faire*, o autor defendia a livre concorrência, pois:

dilata a força que dirige ao trabalho, faz aparecer em maior escala o resultado a que tendem as faculdades do espírito humano e as da natureza física, sugere motivos suficiente para o aumento das invenções e das descobertas necessárias e úteis, amplia o horizonte das artes, e assim contribuiu poderosamente para o engrandecimento do progresso social (idem).

Quando deste artigo, Torres Bandeira (1826-1872) exercia o mandato na Assembleia Provincial de Pernambuco. Nascido no Recife, ele ingressou no Curso Jurídico de Olinda, onde se graduou em 1848. Também colaborou em jornais locais e portugueses. Em *O Futuro*, publicou ainda o poema “No sertão”:

Venha aqui o poeta, o homem que sente,
E no silêncio desta paz profunda.
Observe e medite. – Acaso encontra
Mais louçania além, mais amplos cofres
De estudada franqueza que se esvaem
Das turbas ao contato mais ligeiro,
Afeiçoadas ao sentir abjeto
De hipócrita lisonja; e tudo expira.
Nesse vário aparato mentiroso,
Em que se afunda a consciência e a honra.
Tudo aqui é maior, fala mais alto,
N'uma linguagem de cordura extrema,
Que se avanta em tudo à vã linguagem
Do mundo social, sempre ilusória (*O Futuro*, 15/12/1862).

As maravilhas da vida campestre foram também o tema do artigo de Augusto Soromenho²⁶ na edição de número 16 de *Futuro*. Para Soromenho o poeta popular era quem melhor traduzia aquele universo bucólico, já que, embora não conheça os “preceitos de Aristóteles, nem de Horácio”, [o poeta popular] “aprendeu o segredo da harmonia no gorjear das aves, no sussurrar das brisas, nas ramalhadas das florestas, no murmurar dos rios” (*O Futuro*, 01/05/1863).

Poetas de todos os timbres enviavam versos para *O Futuro*, a maioria deles hoje desconhecida, razão pela qual seria exaustivo citar a todos. Dos ainda lembrados, além de

²⁶ Augusto Soromenho (1833 – 1878), professor, filólogo e escritor, adotou também o pseudônimo Abd-Allah.

Machado de Assis, aparece o nome de Ernesto Cibrão, com “Adeus”, na edição de 01 de fevereiro de 1863, e “Creio em ti”, em 01 de junho do mesmo ano. Ernesto Pego de Kruger Cibrão era português da região do Minho e emigrou para o Brasil em 1858, aos 22 anos. Sua produção literária inclui textos para o teatro, poesias e colaboração em jornais, a se destacar sua participação, ao lado de Machado de Assis e outros escritores, na revista humorística de Henrique Fleuiss *Semana Ilustrada*, que circulou de 1860 a 1875. É de sua autoria *A casa de João Jacques Rousseau*, de 1868, com prefácio de Machado de Assis²⁷. Sua colaboração em *O Futuro* se limitou aos dois poemas citados, mas é possível supor que, em alguma medida, esta participação tenha contribuído para a sua inserção no restrito círculo letrado do Rio de Janeiro.

Em *O Futuro* não eram raras as notícias de lançamentos e resenhas de livros de poesias. Entre outras, na edição de 15 de dezembro de 1862, Antonio Joaquim de Macedo Soares que, naquele mesmo mês foi nomeado Juiz Municipal e de Órfãos de Saquarema e Araruama, no estado do Rio de Janeiro, assinava uma resenha de *Flores e frutos*: “Nesta calamitosa quadra de prosaísmo porque vão passando as letras, o livro do Sr. Bruno Seabra é um sorriso consolador da deusa da poesia” (*O Futuro*, 15/12/1862).

Bruno Henrique de Almeida Seabra foi um poeta, romancista e folhetinista que cultivava o humorismo em seus textos²⁸. Não era diferente com aquele novo livro e Macedo Soares considerou que sua maior virtude era ter um estilo próprio, sua “fonte é a natureza, é o povo, cuja maneira de exprimir-se o poeta observou, estudou e guardou para seu uso” e completava: “É o estilo popular fluente, melodioso, desgarrado, claro, sobretudo, deixando ver a ideia através da neblina das palavras” (*O Futuro*, 15 de dezembro de 1862).

Machado de Assis também havia elogiado *Flores e frutos* no *Diário do Rio de Janeiro* de 30 de junho de 1862²⁹. Depois disso, em *O Futuro*, noticiou outro livro de Bruno Seabra, desta

²⁷ Sobre este autor, diz Machado de Assis em seu prefácio: “O autor desse livro, que é poeta e artista, não foi, é verdade, acordar os ecos da planície dos Cipiões, mas, em compensação, viu muitas outras coisas que os artistas e os poetas sabem ver. Levava a musa consigo, e esta companheira de viagem é de todo mundo incorrigível”. In: Machado de Assis: crítica literária e textos diversos. Organização Silvia Maria Azevedo, Adriana Dusilek e Daniela Mantarro Calippo. São Paulo, editora UNESP, 2013, p. 356 – 358).

²⁸ Em 1859, publicou na *Marmota* de Paula Brito o romance *Dr. Pancrácio*. Machado de Assis, em 1888, utilizou o mesmo nome num personagem de uma crônica bem humorada em que sugeria que a abolição, tal como estava sendo proposta, beneficiaria mais os antigos senhores do que o trabalhador liberto.

²⁹ “Li há muito tempo um livrinho de versos que tinha por título *Divã*, e que estava assinado por Augusto Soromenho. O título do livro era o mesmo de uma coleção de poesias de um poeta turco, creio eu. Achei-lhe graça, facilidade, e sobretudo novidades tais, que tornavam os versos de Soromenho de uma beleza única no meio de todos os gêneros”.

“O livro que o Sr. Bruno Seabra acaba de publicar sob o título de *Flores e Frutos* veio mostrar-me que o gênero e as qualidades do Soromenho podiam aparecer nestas regiões com a mesma riqueza de graça, facilidade de rima e virgindades de idéias. Abrangendo mais espaço do que a brochura do *Divã*, os versos do Sr. Dr. B. Seabra respondem a diversos ecos do coração ou do espírito do poeta. A esta vantagem do Sr. B. Seabra junte-se a de haver no poeta brasileiro certos toques garretianos mais pronunciados do que no poeta português. Demais, o livrinho de Soromenho era um desenfado; o livro do Sr. B. Seabra é um ensaio, uma prova mais séria para admissão no lar das musas” (*Diário do Rio de Janeiro*, 30/06/1862).

vez, uma comédia para o teatro, *Por direito de Patchouly*: “O título indica o assunto, é a vitória do néscio cheiroso na luta com o homem chão e sisudo, coisa que se vê todos os dias, mas que o poeta reduziu a um ato chistoso, fácil, epigramático, original” (*O Futuro*, 01/06/ 1862). Machado de Assis e Macedo Soares estavam de acordo quanto às qualidades literárias de Bruno Seabra. Nem sempre, contudo, houve concordância entre os dois.

Ainda no tempo da coluna “Comentários da Semana” os dois polemizaram sobre a questão do financiamento público dos teatros. Seguindo sua vocação liberal, Macedo Soares se colocara contra este tipo de subsídio, alegando que o teatro não cumpria nenhuma função pedagógica que pudesse justificar qualquer mecenato estatal:

O princípio de proteção do governo aos teatros peca pela base. Entende-se que o teatro é uma escola de moral, um seminário, por exemplo, que o palco é um púlpito, e o sermão um drama. É desconhecer a natureza da arte e os limites que a distinguem e separam da filosofia e da moral (*Correio Mercantil*, 14 de dezembro de 1861).

Machado de Assis, desde seus primeiros escritos sobre teatro, em *O Espelho* (1859) era um veemente defensor do patrocínio público para a atividade teatral. Para ele, a opinião de Macedo Soares “sinto dizê-la, devia ser a última lembrada, se merecesse ser lembrada” uma vez que “a doutrina liberal de concorrência aplicada à espécie prejudica o ponto essencial da questão, e que se tem em vista atingir” (*Diário do Rio de Janeiro*, 16/12/1861) e reafirmava suas ideias, procurando demonstrar que era um estudioso do tema:

Diz Victor Hugo no prefácio da *Lucrecia Bórgia*: “O teatro é uma tribuna, o teatro é um púlpito. O drama, sem sair dos limites imparciais da arte, tem uma missão nacional, uma missão social e uma missão humana. Também o poeta tem cargo de almas. Cumpre que o povo não saia do teatro sem levar consigo alguma moralidade austera e profunda. A arte só, a arte pura, a arte propriamente dita, não exige tudo isso do poeta; mas no teatro não basta preencher as condições da arte” (idem).

É possível que tom tenha desagradado Macedo Soares, tanto que Machado de Assis acabou dando a questão por encerrada e, no primeiro número de *O Futuro*, o mesmo em que dava conselhos a sua pena, ele retomaria seu ponto de vista, desta vez com a moderação que pedira à sua pena: “Quisera falar de teatros, mas os teatros não me dão largo campo para falar deles, ou, arrisquemos antes a verdadeira expressão, não me dão campo absolutamente nenhum. Nenhuma nova de vulto, digna de menção, foi dada nos dias da quinzena” (*Futuro*, 15/09/1862). Em seguida, reafirmava suas ideias:

Nenhuma ocasião mais azada do que esta para lançar ao papel algumas reflexões que trago incubadas relativamente à situação dos teatros. Para os que, como eu, vêem no teatro uma tribuna e uma escola, é triste contemplar o abandono em que ele jaz, sem

que a iniciativa oficial intervenha com a sua força e com a sua autoridade (*idem*).

Macedo Soares colaborou, ainda, com a série intitulada “Do amor nas lendas pagãs”. Foram três artigos, o primeiro deles, sobre o amor ideal, saiu publicado no segundo número de *O Futuro*: Repete-se a cada canto que os pagãos não conheceram o amor ideal; que o misticismo do coração é de invenção cristã; que Platão o entreviu apenas, e daí foi que veio o nome de amor platônico (*O Futuro*, 01/10/1862). Sua intenção é pedagógica, pretende alertar aos jovens repletos de impulsos românticos: “Fugi, donzelas dessa doença que consome o sangue è exaure as fontes da vida. Fugi, mancebos d'esse egoísmo que mirra a alma, secando uma por uma as flores da poesia”. A conclusão é bem cristã: “Bebei o ar da vida, amai e reproduzi-vos, cresci e multiplicai-vos” (*idem*). Por último, enfatiza: “Amai, jovens e refugiai-vos no lar da família, para que o nosso coração se não converta na flor da primavera, que dura apenas a estação das ilusões” (*idem*).

O segundo artigo da série, na edição de número 10, tem como tema o amor generoso e é especialmente dedicado às mães de donzelas. Para isso, Macedo Soares recorre ao amor da Lua pelo pastor Endimião (ou Eudimião) que tinha como abrigo a gruta de Latimos. Ela, “modesta amante” sabia de seus sentimentos que, no entanto, só se revelavam quando “os derradeiros clarões do poente já não alumiam as serranias azuis e o rebanho repousava na relva macia e inundava dessa meia-luz tão propícia aos amores” (*O Futuro*, 01/02/1863).

Para Macedo Soares, o amor da Lua por Endimião serviria como um alerta para as mães, diz ele: “Há na educação da mulher da sociedade moderna um deplorável preconceito. Oculta-se às meninas o que elas fatalmente anelam (no sentido de ansiar) por conhecer, porque é uma necessidade da sua organização toda nervosa”. Isso porque – explica o autor – “a palavra *amor*, o verbo do coração da mulher, é pronunciada em voz baixa e a furto”. Tal sentimento, no entanto, deveria ser mais bem explicado às donzelas por suas mães uma vez que, do contrário, elas se tornam tímidas e “quando chega à vez de escolher marido, a timidez acanha-a, e ela receia [...] porque só lhe ensinaram que deve estar a amar o marido futuro” (*idem*).

Isso, obviamente, não significa que Macedo Soares estivesse defendendo que a donzela se entregasse aos desejos do noivo amado. A Lua – afirmava ele – tinha “a fronte cingida da dupla auréola da beleza e da castidade”. Para ele o que não se devia confundir era pudor, “este perfume das almas”, com acanhamento, “uma luta estéril e ingrata entre a natureza e a sociedade”. A consequência disso – alertava – é que a “alma cansa, afadiga-se, o corpo, o sistema nervoso cai na prostração consequente dos abalos da exaltação, e nesse viver atrofiado exaurem-se as fontes da fecundidade” (*idem*).

Por fim, Macedo Soares concluía seus conselhos: “deixai que o peito resfolgue nas expansões do amor” e citando o cântico dos cantos, resumia seus ensinamentos, “Sê casta como a pomba, e prudente como a serpente” ou ainda, “Sê generosa e desvelada como a Lua, que acariciava o amante na misteriosa gruta de Latimos” (idem).

No terceiro artigo da série, Macedo Soares³⁰ cita duas versões para o nascimento do amor, nascido nas espumas do mar, na tradição grega, e na japonesa, nascido no cálice de uma rosa. Para o autor, ambas eram lindas: “Isto prova que em matéria de amor todos os povos têm espírito” (*O Futuro*, 01/03/1863). Em seguida, depois de citar fontes clássicas – incluindo egípcios antigos e narrativas bíblicas – e autores mais seus contemporâneos, conclui: “a mulher é a forma, cujo principio é o amor. Ora, a forma da ideia é a poesia. A esta sublime poesia incumbe uma grande missão. Civilizar o homem pelo coração, pelo que ele tem mais sério na alma, o sentimento” (idem).

Também com finalidade pedagógica voltada para as mulheres seria o folhetim, não por acaso intitulado “Teatro por dentro e por fora”, de Antonio Moutinho de Sousa que, em 1851, prefaciou o primeiro livro de Faustino Xavier de Novaes e, em 1877, fez publicar, no Porto, a edição portuguesa das *Poesias Póstumas* do amigo.

O folhetim do ator Moutinho, publicado na edição de números 09 e 10 de *O Futuro*, narra os destinos trágicos de uma atriz do Teatro São João da cidade do Porto³¹, sua mãe e seu noivo – também ator da mesma companhia –, por conta das artimanhas de um nobre galanteador e pretendia mostrar às leitoras os perigos que giram em torno do mundo do teatro:

Se eu desconfiasse que a pessoa que teve a beatifica pachorra de seguir esta leitura, pertence ao sexo forte, dir-lhe-ia apenas – “Meu amigo, procure visitar um teatro, seja qual for, e o que nele vir é o que poderá ver em qualquer outro”. Mas o caso é diferente, eu preciso oferecer o braço à minha leitora e mostrar-lhe ainda que a *vot de oiseau*, o que é aquele caos de invejas indignas, e de santas aspirações; de mesquinhas ambições e de ridículas intrigas, preciso apresentar-lhe enfim, aquela inexplicável mistura do ótimo e do péssimo (*O Futuro*, 15/01/1863).

Antonio Moutinho foi ator da companhia do também português Furtado Coelho, que se apresentava no Teatro Ginásio. Na sua “Revista de teatros”, publicada em *O Espelho*³², Machado de Assis não lhe poupava elogios: “O Sr. Moutinho foi perfeito, sobretudo no quarto

³⁰ Por equívoco, no sumário da primeira página da edição esse texto aparece como de autoria de Macedo SEABRA, no entanto, ao final do texto, aparece, corretamente, o nome de Macedo Soares.

³¹ Denominado originalmente como Real Teatro de São João, o Teatro Nacional São João (TNSJ) localiza-se na Praça da Batalha, no centro histórico da cidade do Porto e data de 1794 sua primeira edificação. Foi completamente destruído num violento incêndio, em 11 de Abril de 1908 e sua reconstrução teve início em 1911, sendo inaugurado em 7 de Março de 1920 e, em 1992, adquirido pelo Estado português.

³² *O Espelho*: Ed. fac similar. Rio de Janeiro. Fundação Biblioteca Nacional, 2008.

ato, apesar de seu papel tão pequeno” (01/09/1859); “Houve também na terça-feira uma poesia do Sr. Novaes, recitada pelo Sr. Moutinho, que o fez com graça e inteligência” (25/09/1859); “O Sr. Moutinho, no papel de Balthazar, o lavrador, revelou-nos ainda a grande extensão do seu belo e eminente talento” (02/10/1859); “que especialidade a do Sr. Moutinho!” (12/11/1859), só para citar alguns³³.

Os romances de folhetim que faziam a alegria dos leitores e, mais ainda, das leitoras dos periódicos do século XIX, entre outras estratégias para manter a sua audiência, eram quase sempre publicados de forma seriada, adiando seu desfecho a cada sessão, mantendo o suspense com o aviso: *continua*. *O Futuro* seguia a receita, sobretudo nos folhetins de Camilo Castelo Branco e Ana Plácido, escritos bem ao gosto do público feminino e dos jovens leitores. Não era raro também que a mesma fórmula fosse aplicada nos artigos, estudos ou ensaios mais voltados para o leitor mais especializado, o “homem grave” mais preocupado com assuntos da economia, da política e dos progressos da ciência, se possível, com alguma erudição que lhe fosse útil para uma conversação, uma palestra, um discurso na câmara.

O editor de *O Futuro* parecia querer atrair a atenção de uns e de outros, mesclando páginas de puro romance e outras voltadas para o leitor pouco dado às frivolidades, correndo o risco de desagradar a ambos, como diria Brás Cubas em seu famoso prólogo “Ao leitor”. Em grande medida, esta era a mesma receita das crônicas, dos folhetins *fait divers*, algo nada fácil, pelo menos é que nos diz José de Alencar, no Brasil, dos precursores:

Obrigam um homem a percorrer todos os acontecimentos, a passar do gracejo ao assunto sério, do riso e do prazer às misérias e às chagas da sociedade, e isto com a mesma e a mesma *monchalance* com que uma senhora volta às páginas douradas do seu álbum, com toda a finura e delicadeza com que uma mocinha loureira dá sota e basto a três dúzias de adoradores! Fazerem do escritor uma espécie de colibri a esvoaçar em ziguezague, e a sugar, como o mel das flores, a graça, o sal e o espírito que deve necessariamente descobrir no fato o mais comezinho!³⁴

Ao iniciar sua carreira de folheminista, Machado de Assis também sabia das dificuldades que teria pela frente: “Ora, quando há matéria e o espírito está disposto, a coisa passa-se bem. Mas quando, à falta de assunto se une aquela morbidez moral, que se pode definir por um amor ao *far niente*, então é um suplício” (*O Espelho*, 30/10/1859).

Em *O Futuro*, Machado de Assis tinha liberdade suficiente para experimentar novas

³³ Para mais detalhes sobre as relações de Machado de Assis e Antonio Moutinho, ver: Um amigo português de Machado de Assis: Antônio Moutinho de Sousa. Tradução de Lúcia Granja. *Machado Assis Linha* [online]. 2012, vol.5, n.10, pp. 10-25. ISSN 1983-6821. <http://dx.doi.org/10.1590/S1983-68212012000200003>.

³⁴ ALENCAR, José. *Ao Correr da Pena*. São Paulo, Martins Fontes, 2004. Crônica publicada no *Correio Mercantil* de 24/09/1854.

tintas. Além disso, não havia temas certos para comentar: nem a política, que marcaram seus “Comentários da Semana” no *Diário do Rio de Janeiro*; nem os palcos, que marcaram a sua colaboração em *O Espelho*. A falta de assunto, no entanto, ainda precisava suplicar à sua pena uma crônica.

Na edição de número 07, por exemplo, ele iniciou sua crônica anunciando mais um lançamento literário e interrompe bruscamente para dialogar com seu leitor: “Cuida o leitor ao ver-me começar por este modo, que tenho uma crônica farta e volumosa de notícias, e que para ganhar tempo é que entro logo em matéria?” Logo a seguir se explica: “Eu comecei assim, não só para usar de todas as deferências para com um talento modesto, mas ainda para fugir a este lugar-comum que me ia saindo dos bicos da pena” (*O Futuro*, 15/12/1862). Diante da falta de assunto, o cronista corria o risco de se tornar tão enfadonho como um debate na Câmara dos Deputados: “os oradores cansam-se, elevam-se, lutam, fazem prodígios da língua sobre tudo, menos o objeto da discussão”. Ou seja, os esforços e o esmero do estilo, diante da falta de assunto, apenas cansariam aos leitores: “Tive razão em retrain à pena. Afinal de contas o leitor não tem culpa que o Rio de Janeiro ande a competir com a chuva em aborrecimento e que mesmo lhe leve a palma. Em míngua de notícias forja-se, ou enche-se papel com qualquer coisa (idem).

Ao estreitar em *O Futuro*, Machado de Assis não era mais um principiante. Com o tempo, ele aprendeu a transformar a falta de assunto em motivo para dizer da fragilidade do ambiente cultural e político de seu tempo, por sinal, matéria mais constante de suas crônicas. Neste sentido, cabe indagar em que medida aquela sua estadia serviu para calibrar as tintas de sua pena e para o talento do escritor da maturidade.

VI

Para pensar tais questões, penso que vale retomar um breve trecho da crônica de estréia de Machado de Assis em *O Futuro*, quando ao aconselhar sua pena, seu instrumento de trabalho, diz da sua disposição:

Não te envolvas em polêmicas de nenhum gênero, nem políticas, nem literárias, nem quaisquer outras; de outro modo verás que passas de honrada a desonesta, de modesta a pretensiosa, e em um abrir e fechar de olhos perdes o que tinhas e o que eu te fiz ganhar. O pugilato das ideias é muito pior que o das ruas; tu és franzina, retrai-te e fecha-te no círculo dos teus deveres, quando couber a tua vez de escrever crônicas. Seja entusiasta para o gênio, cordial para o talento, desdenhosa para a nulidade, justiceira sempre, tudo isso com aquelas meias-tintas tão necessárias aos melhores efeitos da pintura. Comenta os fatos com reserva, louva ou censura, como te ditar a consciência, sem cair na exageração

dos extremos. E assim viverás honrada e feliz (*O Futuro*, 15/09/1862).

Depois daquela crônica inaugural (15/09/1862), Machado de Assis só retomou seu posto de cronista de *O Futuro* no dia 1º. de dezembro do mesmo, indicando que a retomada daquele espaço seria definitiva: “Me voilà pour toujours!” (Eis-me aqui para sempre!). Em seguida, falava do lugar que lhe estava reservado. Não seria ao rés do chão, como de costume, mas nas últimas páginas, ao fim da leitura dos artigos mais relevantes. Ele até poderia dar conta de acontecimentos, mas de forma amena, *mansamente*, ou a meias-tintas, tal como aconselhara sua pena:

Neste aposento construído no fundo do edifício que o leitor acaba de percorrer instalo-me eu, aqui praticarei mansamente com o leitor sobre todas as coisas que nos fornecer a quinzena, sem fadiga para mim nem mágoa para ninguém. Durarão as nossas palestras o intervalo de um charuto, mais infelizes nisto que as rosas de Malherbe. Olhe o leitor: à roda da mesa, estão jornais de todo o império; sentemo-nos como bons e pacíficos amigos (*O Futuro* 1/12/1862).

Ao dizer da especificidade da crônica e mencionar os versos de François Malherbe,³⁵ o cronista apontava para a efemeridade da rosa e da crônica, que teriam, no mundo, apenas a tarefa de entreter, de agradar, de embelezar e que, por isso mesmo, sobreviviam somente por uma manhã. A receita do folhetim, portanto, não era a mesma dos artigos graves, dos apostolados, tratados, estudos, análises sobre temas políticos, econômicos ou da administração do império. Cabia tão somente ao folhetinista de *O Futuro* dividir mansamente com o leitor os acontecimentos da quinzena.

De fato, o tom da crônica segue como de uma conversa amena, alternando assuntos mais relevantes com outros mais prosaicos, como, por exemplo, a notícia publicada na seção “Gazetilha” do *Jornal do Comércio* do dia 17 de novembro de 1862, dando conta da exumação dos restos mortais de Estácio de Sá:³⁶

³⁵ Referência à poesia de François Malherbe (1555-1628), intitulada Consolação ao Sr. Du Périer, gentil-homem de Aix-en-Provence, pela morte de sua filha, na qual se lê esta estrofe: “Mais elle était du monde où les plus belles choses / Ont le pire destin; / Et rose elle a vécu ce que vivent les roses, / L'espace dun matin.” (Mas era ela do mundo onde as mais belas coisas / Têm o pior destino; / E rosa ela viveu o que vivem as rosas, / Uma breve manhã).

³⁶ “S. M. Imperial chegou à antiga Sé do Rio de Janeiro pelo meio dia, com os seus (ilegível) os Srs. Meira e Neto dos Reis. Já o esperavam os membros do Instituto (IHGB), os Sr. visconde de Sapucaí, Dr. Macedo, J. Norberto, Drs. Souza Fontes e Carlos Honório, Coruja; conselheiro Melo e Lagos, muitas pessoas gradas. O recinto da Igreja achou-se para logo invadido por uma multidão de ávidos curiosos de todas as classes e ambos os sexos.

S. M. o Imperador ordenou que se fizesse a exumação. Removida a lápide com facilidade, conheceu-se que não havia depósito algum; era uma campa rasa sobre o solo artificial da igreja.

Na primeira camada de argila apareceu uns ossos esparsos de criança; depois os ossos de um adulto, todos de data não muito remota, e finalmente, onde se concluía o aterro e começava o solo da montanha, os ossos já delidos do grande capitão.

Para alguns é duvidosa a autenticidade dos ossos achados na sepultura do Castelo; devo dizer que esta dúvida só a ouvi articular a pessoas que duvidam de tudo, pela razão de terem sido enganadas muitas vezes, o que é um procedimento acertado. Eu não sei se a dúvida tem lugar, mas louvo-me na opinião geral e na dos professores que dirigiram a exumação, para a qual não faltaram, segundo nos disse a imprensa, todas as instruções arqueológicas (*Jornal do Comércio*, 17/11/1862).

Entre a desconfiança e a crença, Machado de Assis encontrava razões em ambas as possibilidades. No prosseguimento, o cronista preferiu trazer a lembrança de outro evento, eximindo-se de comentar aquela escavação que contou com a presença do imperador, de pesquisadores do IHGB e da Escola de Medicina e de membros do clero, além da audiência de uma multidão de curiosos:

Lembra-me agora que Méry,³⁷ estando em Roma, encontrara um dia alguns sujeitos a cavar em certo lugar, animados por dois *lords* que, de quando em quando, atiravam uma moeda aos trabalhadores. Méry, apaixonado pelas ruínas, parou e assistiu à exumação do que quer que fosse. Finalmente apareceram uns fragmentos de estátua, a cujo aspecto um olhar experimentado não daria menos de mil anos.

Grande contentamento dos ingleses, que fizeram conduzir até o carro as preciosidades encontradas no solo romano. Méry pediu humildemente para ajudar a carregar parte daqueles preciosos achados, e com toda a veneração foi depositar a sua carga no carro dos patrícios de *lord Palmerston*.³⁸

Compreendo a satisfação que deve ter um homem apaixonado pela antiguidade, ao ver diante de si os restos de uma obra que supõe haver encantado os olhos de todo o patriciado romano. E compreendo também o desgosto que havia de ter o autor da *Florida*,³⁹ quando, à noite, em uma reunião de pessoas distintas, depois de haver contado o fato da manhã, soube que os restos achados eram de véspera preparados de modo a parecer que datavam de longe, acrescentando o carrasco das suas ilusões que o Museu de Londres esta cheio destas tais antiguidades,

O Sr. Dr. Souza Fontes dirigiu as escavações com todo o cuidado, coadjuvado pelos Srs. Drs. Macedo e Pinheiro Guimarães – mas os ossos estavam em tal estado, que o crânio desfez-se nas mãos do Dr. Souza Fontes, quando ele dizia que Estácio de Sá devia ter uma bela cabeça.

A exumação durou até as 5 horas da tarde. S. M. o Imperador demonstrou grande interesse em que se não perdesse uma ó dessas relíquias que contam (contavam) duzentos e noventa e cinco anos! Seis horas seguidas esteve o imperador em pé, dirigindo as escavações arqueológicas, por meio de suas sábias indicações e conselhos.

Sua Majestade recomendou a Fr. Caetano de Messina que tivesse todo o cuidado nestes restos venerados; ao Sr. Dr. Souza Fontes que apresentasse um trabalho científico sobre o seu exame; ao Sr. Norberto que tomasse todas as notas e fizesse indagações históricas sobre a campa; e ao Sr. Visconde de Sapucaí que se lavrasse o termo respectivo pela parte do Instituto Histórico.

Seguiu-se um momento rezado ante os ossos, pelos padres capuchinhos ao qual assistiu S. M. o Imperador, que retirou-se depois, descendo a montanha do Castelo acompanhado de todas as pessoas que presenciaram o ato de homenagem paga ao fundador da capital do império.” (*Jornal do Comércio*, 17/11/1862).

³⁷ Joseph Méry (Marselhe, 1798, 16/06/1866) foi poeta, publicista, romancista, dramaturgo francês, sendo, hoje, ainda lembrado como autor do libreto da ópera *Don Carlos*, de Verdi. A passagem que o cronista diz lembrar-se provavelmente é do livro *Scènes de la vie italienne*, publicado em dois volumes, em 1837.

³⁸ Primeiro-ministro inglês de 1855-1858 e 1859-1865.

³⁹ *La Floride*, de Méry, é uma novela publicada em 1844.

coisa que eu creio um pouco dura.

Não presume o leitor malicioso que eu trouxe este conto para diminuir a idade aos ossos encontrados na sepultura de Estácio de Sá. Creio que são autênticos, e na verdade é isso que devemos crer todos, porque não podemos crer noutra coisa.

Compensa isso à fadiga dos que lá foram ao Castelo assistir ao ato. Eu não fui, e creio que fiz mal. De mais, se é verdade, como eu creio, que além desta vida há uma vida melhor, e que, portanto Estácio de Sá está nos olhando talvez por um destes óculos do céu que nós chamamos estrelas e dumas faíscas dos pés do Onipotente; se é verdade isto, sejam ou não aqueles os ossos autênticos, uma vez que a intenção é boa, Estácio ficará agradecido e aceitará lá de cima a fé, a intenção, se não puder aceitar os ossos (*O Futuro* 1/12/1862).

Ao admitir que o Museu de Londres pudesse estar repleto de falsas relíquias, o cronista sugeria que também os ossos encontrados no Morro do Castelo talvez não fossem autênticos, mas isso pouco importava, uma vez que a intenção era boa e o que importaria, afinal, era a intenção, e não os ossos. Nesse sentido, o cronista estaria admitindo a hipótese de que a escrita da história, assim como o Museu de Londres, está repleta de elementos inautênticos. Tal percepção aponta para outra de suas crônicas, publicada em 15 de setembro de 1876, na *Revista Ilustração Brasileira*. Naquela oportunidade, Machado de Assis seria mais radical, pelo menos é o que se pode perceber em sua resposta a um leitor que colocava em dúvida a historiografia oficial e a versão dos acontecimentos em torno da Independência de 1822 e o *Grito do Ipiranga*:

Durante cinquenta a quatro anos temos vindo a repetir uma coisa que o dito meu amigo declara não ter existido. Houve resolução do príncipe D. Pedro, independência e o mais; mas não foi positivamente um grito, nem ele se deu nas margens do célebre ribeiro. Lá se vão as páginas dos historiadores; e isso é o menos. Emendam-se as futuras edições. Mas os versos? Os versos emendam-se com muito menos facilidade. Minha opinião é que a lenda é melhor do que a história autêntica. A lenda resumia todo o fato da independência nacional, ao passo que a versão exata o reduz a uma coisa vaga e anônima. Tenha paciência o meu ilustrado amigo. Eu prefiro o grito do Ipiranga; é mais sumário, mais bonito e mais genérico (Assis, 2009b, pp. 99-100).

Em 1863, o jovem Machado de Assis talvez não preferisse, ainda, a lenda à história autêntica. De todo modo, já naquela crônica de *O Futuro*, havia o entendimento da legitimidade do recurso a falsas relíquias na tarefa de narrar e comentar os acontecimentos, uma vez que importa mais a própria narrativa do que os documentos, os testemunhos, os ossos, autênticos ou não. Da mesma forma, pouco importava a veracidade do acontecimento narrado por Méry, um apaixonado pelas ruínas. A alusão seria um recurso ficcional incorporado à sua crônica, uma forma de dizer da escavação no Castelo, dizendo do Museu de Londres. Assim, ao relativizar os critérios de validação dos testemunhos, dos documentos e

dos achados arqueológicos e, por conseguinte, da própria narrativa histórica, o cronista abriria espaço para a valorização do que seria simplesmente suposto, imaginado e, até mesmo, falsificado. A partir disso, teria lugar no texto da crônica, da apreciação dos acontecimentos cotidianos, alguns elementos que seriam específicos ao texto ficcional, não apenas alusão ou metáfora, mas memória, lembrança falha e tudo mais que não tem comprovação de autenticidade e que, por isso mesmo, são apenas ruínas de um passado que só pode ser recuperado com a imaginação.

Em março daquele ano, os festejos em torno da inauguração do monumento de Pedro I, no Largo do Rocio, atual Praça Tiradentes, no Rio de Janeiro, guardava alguma semelhança com a exumação dos restos mortais de Estácio de Sá. Em ambas as solenidades, pretendia-se – o imperador e os membros do governo – consolidar laços de identidade, através de determinada narrativa histórica. O pai do imperador seria o libertador da pátria, e Estácio de Sá, o fundador da cidade capital da nação independente. Tais iniciativas estariam inclusas no desejo de incorporar Pedro I e Estácio de Sá ao patrimônio cultural da capital do Império, seriam, portanto, parte do esforço de se consolidar um discurso que se quer legítimo, como bem assinala Nestor Garcia Canclini:

A rigor, assim como todo patrimônio e toda a narrativa histórica ou literária é metáfora de uma aliança social, o que cada grupo hegemônico estabelece como patrimônio nacional e relato legítimo de cada época é o resultado de operação de seleção, combinação e encenação, que mudam segundo objetivos das forças que disputam a hegemonia e a renovação de seus pactos (Canclini, 1999, p. 150).⁴⁰

À época, Machado de Assis escrevia a coluna “Comentários da Semana”, no *Diário do Rio de Janeiro* e não poupou tintas (ou tão pouco praticou mansamente com o leitor) ao dizer daquele acontecimento:

Não me autorizarei mesmo de uma circunstância que alguém notou, a de estar a figura do primeiro imperador, que hoje se há de descobrir, com a constituição estendida para o lado do teatro, querendo daí concluir o malévolo que o pacto fundamental é uma comédia (*Diário do Rio de Janeiro*, 24/03/1862).

Sua pena se tornou virulenta diante do boato que corria pela cidade. Diziam que membros da oposição liberal, muitos deles colaboradores do *Diário do Rio de Janeiro*, preparavam uma insurreição popular contra aquele monumento.

Por onde descobriria o ministério que o dia 25 seria ensanguentado pelos dentes do tigre popular? Onde encontrou sintomas denunciante? Na imprensa? Não. Nunca ela foi mais moderada, nem mais sóbria no apontar os erros administrativos. [...] Insisto na minha apreciação; o ministério estéril,

⁴⁰ CANCLINI, Nestor Garcia. *Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1999.

tacanho, ramerrameiro, como é, busca a confiança imperial na prevenção de revoltas imaginárias” (Assis, 2008a, p. 189).

O comentarista do *Diário* e o cronista de *O Futuro* estavam interessados em denunciar o embuste de ambos os acontecimentos – o monumento ao primeiro imperador e os ossos de Estácio de Sá –, o difere um e outro são os recursos utilizados pela pena de um mesmo Machado de Assis. Ao leitor de um século futuro, talvez seja por demais oblíqua a referência a acontecimentos tão remotos. Ao recorrer a elementos em sua crônica mais identificados com o texto ficcional, a zombaria do cronista de *O Futuro* se afasta da gravidade do comentarista do *Diário*. Tal estratégia pode fazer crer que sua pena se tornara mais amena, porém, ao mesmo tempo, a dissimulação revelaria o tanto de esforço que o governo ou determinado grupo hegemônico empreendia para fazer valer como patrimônio formador de identidade e aliança social as personalidades abrangidas no monumento e naqueles ossos.

Machado de Assis teria em mente outras personalidades e narrativas para compor o patrimônio que servisse à aliança social da nação e, em *O Futuro*, ele estava disposto a dizer mansamente aos leitores quais seriam os monumentos a serem legitimamente erguidos e as memórias a serem exumadas: “Passarei a mencionar a inauguração do retrato de Francisco de Paula Brito, na sala das sessões da Sociedade Petalógica (*O Futuro*, 01/01/1863). Para aqueles que não conheciam o homenageado, o cronista explicava: “Paula Brito foi amigo desta associação, que em sua casa se fundou; durante longos anos os membros da Petalógica tiveram nele um dedicado companheiro, de amigo velho e provado que era” (idem).

O cronista mencionava outras iniciativas que, no seu entender, serviam para construir o legítimo patrimônio nacional. Assim, Machado de Assis anunciava o aparecimento de *As Minas de Prata*, de José de Alencar pela *Biblioteca Brasileira*⁴¹, uma “interessante publicação do meu distinto amigo Quintino Bocaiúva” (*O Futuro*, 15/09/1862). Aquela era uma iniciativa editorial que pretendia publicar, mensalmente, textos de autores nacionais de qualquer área do conhecimento ou, nas palavras de seu idealizador, no volume que inaugura a coleção:

[...] uma tentativa generosa, mas de recíproca utilidade. Desejamos provocar no público o amor de leituras mais úteis e mais substanciais do que as oferecidas pelos artigos efêmeros dos jornais políticos, mais puras e honestas do que as

⁴¹ A *Biblioteca Brasileira* teve seu primeiro título publicado em 1862, *Lírica brasileira*, uma antologia de poetas brasileiros selecionados por Quintino Bocaiúva. Em seguida apareceram: *Esboços biográficos*, volume 01, de Francisco Inácio Marcondes Homem de Melo; *As Minas de Prata*, José de Alencar; segundo volume de *Esboços biográficos*; *Estudos econômicos*, Guilherme Candido Belegarde; *Contos do Sertão*, Leandro de Castilhos; *Lady Claire*, provavelmente, de Alfred Tennyson (não foi mencionado nome do autor nem do tradutor); *Memórias de um sargento de milícias*, de Manoel Antonio de Almeida; *Apontamentos históricos, topográficos e descritivos da cidade de Paranaguá* (dois volumes), Demétrio Acácio Fernandes da Cruz. Sobre esta coleção ver: Zilberman, Regina. *O berço do cânone – textos fundamentais da história da literatura brasileira*. Porto Alegre/RS, Mercado Aberto, 1998 (pp. 283 a 317).

publicações a pedido que são a base e o escândalo das nossas grandes folhas; mais eficazes do que os anúncios de leilões e de escravos a alugar (Bocaiúva, 1862, p. 94) ⁴²:

Até mesmo por dever do ofício, o cronista se mantinha atualizado em relação aos acontecimentos artísticos da cidade, não somente as estreias teatrais ou as novidades dos prelos, mas também as artes plásticas e a música seriam matéria a ser explorada. Por conta disso, logo que aberta ao público, ele visitou a exposição da Academia Imperial de Belas Artes (AIBA) ⁴³ e lamentou o pouco interesse do público:

Cuidava encontrar ali uma diminuta concorrência, a dessa pouca gente que neste país conhece e preza as artes. Calcule o leitor o meu espanto quando tive de atravessar aquelas salas desertas, onde as telas, as estátuas e os baixo-relevos pareciam olhar-se mutuamente como que desolados por tão cruel abandono (*O Futuro*, 15/02/1863).

Em sua crônica, Machado de Assis se apresentou aos leitores na condição de observador bastante atento, embora guardasse alguma modéstia: “nem eu quisera por modo algum tornar estes simples apontamentos da minha crônica em revista crítica de artes liberais” (idem). Ainda que tivesse alguma intenção de estimular seus leitores a visitarem a exposição, o cronista não escondeu certas decepções: “A exposição do Sr. Agostinho José da Mota ⁴⁴ peca por pequena e medíocre; [...] quem o não conhecer e quiser julgar pela exposição deste ano fica com uma ideia muito aquém daquilo a que o seu talento tem direito” ou “A exposição do Sr. Emílio Bauch ⁴⁵ pareceu-me insignificante” ou ainda, “Do Sr. Arsênio da Silva ⁴⁶ existem na exposição algumas paisagens onde há toques delicados e verdadeiramente artísticos, mas é pena que o seu pincel se escape em outros toques” (idem).

Nada disso, no entanto, o impediu de destacar o valor de alguns trabalhos ali expostos: “É digno de nota o busto em mármore do Sr. conselheiro T. G. dos Santos ⁴⁷, e digno de

⁴² BOCAIÚVA, Quintino. “Prospecto da Biblioteca brasileira”. In: Homem de Melo, *Esboços biográficos* – 2ª. Parte. Rio de Janeiro: Tipografia do Diário do Rio de Janeiro, 1862.

⁴³ Academia Imperial de Belas Artes (AIBA), escola superior de arte fundada, no Rio de Janeiro, por Dom João VI, tornando-se, sob a proteção de Pedro II, um dos principais pólos de irradiação do projeto de uma arte nacional.

⁴⁴ Ocupou a cadeira de desenho e em seguida a de paisagem na AIBA, participando de várias edições da Exposição Geral de Belas Artes, recebendo medalha de ouro em 1852, a Ordem da Rosa em 1868 e a Ordem de Cristo em 1871. A imperatriz Dona Teresa Cristina lhe encomendou diversas naturezas-mortas, gênero no qual se destacou.

⁴⁵ Emil Bauch foi um pintor, litógrafo e professor alemão que veio estabelecer residência na cidade do Rio de Janeiro, em 1857, abrindo ateliê na Rua do Rosário e, depois, na Rua Sete de Setembro.

⁴⁶ Arsênio Cintra da Silva (1833 - 1883) foi pintor, fotógrafo e professor. Recebeu os primeiros ensinamentos de arte na capital pernambucana, aperfeiçoando-se em Roma e Paris. Em seu retorno ao Brasil, em 1860, introduziu a técnica da pintura a guache e a temática orientalista.

⁴⁷ Tomás Gomes dos Santos foi diretor da AIBA em 1857 e presidente da província do Rio de Janeiro, de 20 de junho a 26 de julho de 1858.

animação o artista que o fez, que é o Sr. José da Silva Santos ⁴⁸. É um dos melhores trabalhos da Academia. Além desses também mereceu destaque os trabalhos de Vitor Meireles:

O Sr. Victor Meirelles de Lima tem alguns quadros nessa sala, os quais, parecendo bons, não são notáveis, pelo menos quanto é notável a sua *Cabeça de estudo sob n. 7*. O mesmo artista tem na exposição o seu quadro *A primeira missa no Brasil*, obra já conhecida, e que, a não ter desses defeitos sutis que não se revelam à minha incompetência, me parece um painel excelente (idem).

As opiniões de Machado de Assis em nada coincidiram com as dos organizadores da exposição que, no ato solene de distribuição dos prêmios, mencionaram com louvor Agostinho da Mota, mesma distinção que coube a Vítor Meireles e José da Silva Santos, premiando com medalha de prata Henrique Vinet ⁴⁹, Arsênio Silva e Leopoldo Heck ⁵⁰ e menção honrosa a José Bernardino Dias Medronho e Frederico Tironi (Freire, 1916, p. 137) ⁵¹.

Dizendo do movimento musical da corte, o cronista destacou a presença de Arthur Napoleão, ele também conterrâneo e amigo de Faustino Xavier de Novaes e colaborador de *O Futuro*, publicando, na edição de número 03, a partitura para piano de uma valsa. A crônica de Machado de Assis não escondia sua grande admiração pelo pianista português que, depois de se apresentar em diversas capitais européias, se fixou no Rio de Janeiro, em 1866, onde abriu uma loja de instrumentos musicais e partituras, atuando ainda como professor, tendo entre seus alunos Chiquinha Gonzaga:

Criança ainda, o prestígio dos tenros anos dava ao seu talento realce maior. Com ele acontecera o mesmo que com Mozart, [...] Desde os primeiros anos, Arthur revelou-se, e desde logo começou para ele essa série não interrompida de triunfos de que se tem composto a sua existência. Os amigos e patrícios poderiam desconfiar do seu entusiasmo, e indagar entre si se ele não era efeito de um amor sem exame nem reserva, ou pela interessante criança, ou pelo patrício artista. Essa dúvida, se alguma vez se apresentou no espírito dos patrícios e dos amigos, dissipou-se sem dúvida quando Arthur Napoleão, entrando nos grandes centros da arte e dos artistas, recebeu deles a confirmação solene do batismo da pátria. [...] Assim cresceu Arthur Napoleão na idade, na glória e no talento; de cidade em cidade, a sua viagem foi um triunfo não interrompido; mas, como verdadeiro artista, não se deixou adormecer nos louros e nas delícias de Cápuia; estudou viajando, e buscou pelo estudo a perfeição. Nem só executa inspirações alheias; tem-nas suas e das mais originais; e deve-se ao seu estro musical algumas composições esparsas de muito merecimento. Sei mesmo que Arthur Napoleão busca voar mais alto e escrever seu nome em uma obra duradoura [...] (*O Futuro*,

⁴⁸ José da Silva Santos foi aluno de Taunay (Auguste-Marie) e professor de gravuras e de medalhas.

⁴⁹ Henry Nicolas Vinet (Paris, 1817 - Niterói, RJ, 1876,) Radicou-se, no Brasil, após 1866, fixando-se no Rio de Janeiro, onde, lecionou desenho e pintura até 1872. Além desta, foi premiado com Medalha de Prata, em 1864, a Medalha de Ouro, em 1865.

⁵⁰ Conrado Leopoldo Heck veio para o Brasil em 1857, foi miniaturista e gravador premiado em várias exposições.

⁵¹ FREIRE, Laudelino. *Um século de pintura: apontamentos para a história da pintura no Brasil: de 1816-1916*. Rio de Janeiro: Fontana, 1983. (p.137)

15/09/1862)

Também a divulgação das letras nacionais no exterior foi saudada pelo cronista: “É cabido, portanto, mencionar com louvor a fundação do *Brésil*, jornal escrito em francês pelos redatores da *Actualiade* ⁵²” (*O Futuro*, 01/02/1863). Alguns números depois, duas outras publicações em francês mereceriam as observações de Machado de Assis. *O Brasil literário* de Ferdinand Wolf ⁵³ contava com a colaboração de intelectuais brasileiros, entre os quais Gonçalves de Magalhães, Araújo Porto Alegre e Ernesto Ferreira França. O objetivo do livro, segundo consta da dedicatória a D. Pedro II, seria fazer apreciar na Europa a bela literatura do Brasil ⁵⁴. Sobre este livro, disse Machado de Assis:

Tive ocasião de folhear esse volume, mas apenas folhear. O autor procurou ser o mais minucioso possível, e pareceu-me que o foi. Reparei, é certo, na exclusão de alguns verdadeiros poetas e na menção de outros ⁵⁵ [...] Mas tudo é desculpável quando há no livro muito para agradecer. O Sr. Wolf recorreu se do mais que podia para compor a sua obra; esse interesse e os verdadeiros resultados conseguidos, tornam o seu nome digno de gratidão dos brasileiros (*O Futuro*, 15/06/1863).

O mesmo entusiasmo, no entanto, não se deu no comentário sobre *Le Nouvelliste de Rio de Janeiro*, de L. de Nerciat, um periódico francês que se ocupava na defesa das ideias do partido legitimista francês e, segundo Machado de Assis, era destinado unicamente à população francesa e que, portanto, não acreditava no seu sucesso:

O Sr. L. de Nerciat acha-se a frente de um jornal francês intitulado *Le Nouvelliste de Rio de Janeiro*. Suas vistas acerca do Brasil são, como declara, as mais cordatas e bem dispostas. É, entretanto, um órgão do partido legitimista ⁵⁶, cuja bandeira hasteou, sem reboço ou reserva. Ora, semelhante bandeira nesta terra faz o efeito do calção e meia de seda entre as calças largas da civilização. A discussão dessas ideias destina-se unicamente à população francesa; mas, não interessando, nem pela singularidade, ao resto da população e nem a uma boa parte daquela,

⁵² Eram redatores de ambas as publicações Lafayette Rodrigues Pereira, Pedro Luís e Flávio Farnese.

⁵³ Ferdinand Wolf (Viena, 1796 – 1866) notabilizou-se como especialista em estudos ibéricos, publicando, ainda, *História da literatura de Espanha e Portugal*.

⁵⁴ WOLF Ferdinand. *O Brasil literário – história da literatura brasileira*. Tradução e prefácio de Jamil Almansur Haddad, São Paulo, Cia Editora Nacional, 1955. Obra originalmente publicada em Viena, em 1862, com patrocínio de Pedro II.

⁵⁵ A ressalva de Machado de Assis deve-se, sobretudo, ao pouco destaque dado à obra de José de Alencar que já havia publicado, entre outros, *O Guarani*. É possível que tal descuido fosse por conta da polêmica iniciada por José de Alencar, em 1856, em torno da publicação da Confederação dos Tamoios, de Gonçalves de Magalhães, um dos consultores de Wolf, ao lado de Araújo Porto Alegre e Ernesto Ferreira França. Sobre isso ver: *Historiadores e críticos do romantismo*. Seleção e apresentação de Guilherme Cesar. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos; São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1978 (pp. 137 a 180).

⁵⁶ Partidários da dinastia dos Bourbons, derrubada em 1830, que representavam os grandes proprietários de terra.

não creio no sucesso do *Nouvelliste* (idem).

O lugar de cronista exigia o acompanhamento dos acontecimentos distantes, notícias que chegavam nos navios e que diziam de guerras e disputas partidárias, na França despótica de Luis Napoleão, na Itália, no processo de sua unificação (*Risorgimento*) e as lutas nacionalistas no antigo Império Otomano. Machado de Assis enxergava dias difíceis para o ano que se iniciava:

63 alvorece entre palmas e beijos. Será teu horizonte límpido e sereno, nenhum ponto negro, ao longe, fará estremecer os espíritos? Não; 62 lega a 63 uma pesada herança; guerras, perturbações, descrenças, ódios, malquerenças, pirraças; nações sem rei, à cata de rei; reis sem trono, à cata de trono; reis constitucionais sem constituição; luta de irmãos, rusgas de primos; papa-rei em Roma, rei-papa na França; o Oriente tempestuoso, o Ocidente nublado; o argumento em duelo com o sofisma; a mentira com a verdade, a boa fé com a velhacaria; miragens poéticas no sul, no norte, no oeste, de um pólo a outro, da parte de Aquiles, da parte de Heitor; a indecência triunfante, o decoro vilipendiado, a sinceridade mal entendida; a loucura no fastígio, o bom senso ao sopé; imagem do caos, enfim, onde se abalroam, procurando solução, duro e mole, o que é leve e o que é pesado.

Tal é o fardo que 62 põe nos ombros de 63. Terá 63 força para pôr ordem a esta balbúrdia? Duvido; é tarefa superior às forças de um ano; mas ele fará o que puder, estou certo (*O Futuro*, 01/01/1863).

Havia também preocupações quanto aos acontecimentos locais, sobretudo em relação à política externa do Império, envolvida com desentendimentos com o vizinho Peru:⁵⁷ Algumas semanas antes, ele já havia comentado aquele entrevero: “O fato é que a dignidade da nação brasileira foi vilipendiada e que só uma enérgica intimação poderá ter lugar depois daquelas ocorrências; o país espera ser bem defendido pelo governo nesta deplorável questão” (*O Futuro*, 30/11/1862). Aquela seria mais um fardo que o ano anterior deixava para ser resolvido: “E entre todas as sérias questões, a do Amazonas não tem lugar distinto? Certo que sim. Que resultará desta pendência entre o Império e a República Peruana?” (*O Futuro*, 01/01/1863).

Em 1863, o governo brasileiro estava sob o comando de Pedro de Araújo Lima, o marquês de Olinda, da Liga Progressista, reunindo membros do Partido Liberal e dissidentes do Partido Conservador, contando com alguma simpatia do cronista, razão pela qual, manifestava sua confiança, embora temesse o desfecho da questão com o país vizinho:

Mesmo confessando as boas intenções dos que vão ao leme do Estado, há razão para abstrair da lógica e contar com o imprevisto e com o absurdo. As últimas

⁵⁷ A pretensão peruana pelo direito de navegação no rio Amazonas foi sistematicamente obstruída pelo Império, tornando-se um contencioso no relacionamento entre os governos de Lima e Rio de Janeiro, durante a maior parte do século XIX.

notícias do Amazonas não são animadoras; é com receio que espero as notícias próximas; a mim afigura-se que hão de ser piores, por mal da nação, e por glória do nosso rixoso co-ribeirinho (idem).

Havia motivos para aquelas preocupações, afinal, fazia poucos meses, em outubro do ano anterior, dois navios peruanos – *Morona* e *Pastanza* – trocaram tiros com a guarnição imperial brasileira, estacionada na Fortaleza de Óbidos. Antecipando aqueles acontecimentos, ele explicava suas dúvidas: “Não é raro fazermos triste figura nas nossas pendências internacionais” (idem). Ele talvez se referisse às disputas na região do Rio da Prata, durante os anos de 1851 a fevereiro de 1852, entre as forças da Confederação Argentina e as forças da aliança formada pelo Brasil, Uruguai e províncias rebeldes argentinas de Entre Rios e Corrientes, e concluía: “As lições do passado servem de espelho ao presente e ao futuro, e o nosso receio é deste modo natural” (idem). Questões internacionais mais preocupantes aconteceriam alguns meses depois e ocupariam de forma mais intensa a pena de Machado de Assis, como se poderá ver mais adiante. Por outro lado, havia também motivos para o cronista confiar naqueles que estavam ao leme do Estado brasileiro.

Desde suas primeiras colaborações nos jornais do Rio de Janeiro, Machado de Assis estava próximo dos setores mais aguerridos do Partido Liberal. Na Sociedade Petalógica, se aproximara de Francisco Otaviano e Quintino Bocaiúva que o convidara a fazer parte da equipe de redatores do *Diário do Rio de Janeiro* que tinha em suas fileiras, Henrique Muzio e Saldanha Marinho, também membros expressivos figuras do Partido Liberal. Quase 40 anos depois, em 1898, Machado de Assis, em “O Velho Senado”, um dos seus raros momentos declaradamente autobiográficos, se lembraria deste episódio que ocorrera à saída do Teatro Ginásio:

Conversamos primeiramente de letras, e pouco depois de política, matéria introduzida por ele, o que me espantou bastante, não era usual nas nossas práticas. Nem é exato dizer que conversamos de política, eu antes respondia às perguntas que Bocaiúva me ia fazendo, como se quisesse conhecer as minhas opiniões. Provavelmente não as teria fixas nem determinadas; mas, quaisquer que fossem, creio que as exprimi na proporção e com a precisão apenas adequadas ao que ele me ia oferecer (*OC*, ii, 591).

A proximidade com os liberais, no entanto, não impediu que, na crônica de dia 15 de maio de 1863, ele incluisse entre suas preocupações o decreto que dissolvia a Câmara dos Deputados, convocando novas eleições para o primeiro dia do ano seguinte:

Se me fosse dado escrever uma crônica política, esta seria de todas as minhas crônicas a mais farta e a mais interessante. Com efeito, a situação a que pôs termo o decreto de 12 do corrente⁵⁸ marca, na história do império, um dos mais

⁵⁸ Decreto nº 3.093, de 12 de Maio de 1863: Convoca para o dia 1º de Janeiro do ano próximo futuro a nova Assembléia Geral Legislativa. Tendo, por Decreto desta data, dissolvido a Câmara dos Deputados e

graves e embaraçosos momentos; e a mais simples exposição do meu pensamento, em relação à gravidade do caso e ao alcance da medida, bastaria para encher o espaço de três crônicas.

[...]

O que é certo é que o ano de 1863 é e há de ser fecundo em acontecimentos. Aguardamos o que vier, e deixemos a apreciação do decreto de 12 de maio, não sem registrá-lo como uma data de regeneração. (*O Futuro*, 15/05/1863).

Havia ainda outra pendência do ano anterior que o cronista não mencionara na primeira crônica de 1863. Talvez não tivesse conhecimento ainda de todos os lances de uma disputa que envolvia o Brasil e a poderosa Inglaterra. Tivesse previsto o perigo que estava por vir, não teria aconselhado às leitoras repouso e a boa companhia de um livro:

Às leitoras parecerão diminuídas desta importância às considerações que acabo de

fazer. E realmente como poderiam esses tenros espíritos apreender-se destes receios e destas angústias? No momento do perigo, do perigo palpável, do perigo visível, eu sei, a mãe manda seus filhos à batalha, a esposa separa-se facilmente do esposo, a irmã do irmão. Mas por agora, que estamos nos preliminares e em pleno verão, que idéia terá suspenso o espírito da leitora? Ir para Petrópolis ou para a Tijuca, fugir ao fogo que toda a cidade respira, ir beber nas auras das montanhas o ar puro e fresco que insinua a paz e o descanso no espírito. Que impedimento a detém? Que razão lhe fechará o caminho, que revista da quinzena a obrigará a estar presente na corte? Nada dessas coisas; escolhido o ponto da emigração, pronta a mala, escolhidos os livros... Ah! Por falar em livros escolhidos, aconselho às leitoras que juntinho ao abade Smith, simples e cândido pela forma e pelo fundo, páginas escritas, reunidas por um talento que alvorece, terno e ingênuo, o *Lírio Branco* de Luiz Guimarães Júnior (*O Futuro*, 01/01/1863).

Em 1862, dois marinheiros ingleses vestidos em trajes civis foram presos no Rio de Janeiro por fazerem algazarra nas ruas da cidade. Embora tenham sido logo soltos, o entrevero adquiriu maiores proporções quando o governo brasileiro enviou uma carta ao embaixador britânico, solicitando que os marujos ingleses fossem colocados à disposição das autoridades nacionais. Ressalve-se que, à época, os súditos britânicos respondiam apenas à Justiça de seu país. Sentindo-se ultrajado, o representante britânico dirigiu-se ao imperador cobrando indenização pelo saque da carga do veleiro mercante britânico “Prince of Wales”, por um grupo de populares, na costa do Rio Grande do Sul, em 1861. Mais que isso, Christie ameaçava bloquear com seus navios a entrada da baía de Guanabara, caso não recebesse a tal indenização, e ainda exigia um pedido formal de desculpas pelo saque e por seus marinheiros presos.

convocado outra para o dia 1º de Janeiro do ano próximo futuro. Publicado na *Coleção de Leis do Império do Brasil* - 1863, p. 207 Vol. 01. Disponível em 24/10/2013 em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-3093-12-maio-1863-555039-publicacaooriginal-74082-pe.html>

Tal acontecimento, conhecido como “Questão Christie”, ocupou boa parte da sua crônica de 15 de janeiro de 1863 e se, no primeiro dia do ano, ele manifestava certas incertezas quanto à eficiência da diplomacia brasileira, nesta seguinte, ele destacava a figura de Pedro II, o apoio popular e o tom moderado, ao mesmo tempo, firme da resposta do governo imperial às exigências inglesas:

A questão das reclamações inglesas ocupou exclusivamente a atenção do público durante esta quinzena. A população da Corte nos primeiros dias do ano ofereceu o mais nobre e consolador espetáculo; a ansiedade ao princípio, e depois, uma vez conhecida toda a correspondência diplomática, a indignação moderada, prudente, sensata; o desafio tácito do direito à força, da legalidade ao abuso, sem desvarios, sem ataques individuais. Os dias 5 e 6 principalmente foram os de maior agitação; o imperador com toda a família imperial desceu ao paço da cidade; a confraternização do povo com o chefe do Estado foi mais cordial, a mais expansiva, a mais verdadeira. Às aclamações populares respondia o imperador com protestos vivos de que era brasileiro, e que a sua coroa respondia pela dignidade da nação (*O Futuro*, 15/01/1863).

Machado de Assis estava prenhe de patriotismo. Se naquela primeira crônica do ano ele tranquilizava suas leitoras, desta vez, as preocupações assumiam ares alarmantes e ele sugeria a possibilidade das mães terem que mandar seus filhos à batalha e as esposas se separarem de seus esposos, as irmãs dos irmãos: “Prevendo todas as consequências futuras, o país acha-se disposto a depor o que houver de resistência no altar da pátria” (*idem*). A imensa diferença de forças não impedia que a jovem nação, sentindo-se ultrajada, se movimentasse para o combate. O ânimo marcial contagiava a todos. Formavam-se associações que tinham por objetivo promover a arrecadação de doações e recrutar voluntários. Sua crônica dava notícias de toda aquela movimentação:

Nesta Corte as manifestações desta natureza não se têm feito esperar; recursos de que o governo carece, sem que este tenha reclamado uma subscrição nacional, já vão aparecendo; a câmara municipal já recebeu o nome de muitos voluntários. Uma sociedade que tomou o nome de União e Perseverança formou-se na câmara municipal, domingo último. Mais de duas mil pessoas concorreram aos convites feitos nos jornais. (...) Outra sociedade foi também organizada nesse dia no Pavilhão Fluminense. O mesmo entusiasmo patriótico reina por toda a parte sem distinção de classes (*idem*).

O envolvimento de Machado de Assis, contudo, não se restringiu aos limites de sua crônica. No dia 18 de janeiro, saía publicado na *Semana Ilustrada* o *Hino Patriótico*. O *Hino Patriótico*⁵⁹ foi depois musicado pelo maestro Júlio José Nunes –regente, em 1861, da ópera A

⁵⁹ “Brasileiros! Haja um brado / Nesta terra do Brasil / Antes a morte de honrado / Do que a vida infame e vil”. Além desta, há outros tantas estrofes de apelo à honra e à bravura dos brasileiros: “Quer estranho despotismo / Lançar-nos duro grilhão; / Será o sangue o batismo / Da nossa jovem nação. (...)”

Noite do Castelo, de Carlos Gomes – e cantado por Emília Adelaide, no Teatro Ginásio. O produto da venda de certo número de exemplares dos versos impressos (com a ilustração do artista Henrique Fleiuss) foi destinado à subscrição nacional em favor da compra de armamentos.

Aquele era um momento de urgência. A intelectualidade do Rio de Janeiro se manifestava nas ruas, nos cafés, nos jornais, nos teatros. Outro *Hino Patriótico*, de J. J. Teixeira (provavelmente, Joaquim José Teixeira Junior), também veio a público, incitando à resistência contra o poderoso inimigo. Neste, algumas estrofes dão a perceber que seu alvo era a ameaça de apreensão dos navios que contrabandeavam trabalhadores da África, depois da proibição do tráfico, em 1850: “Franqueamos nossos portos / aos navios do Bretão / não se contenta com ouro, contra nós volta o canhão, (...) Como selvagens nos trata / a dar leis aqui se apronta, / pois bem, selvagens briosos, / lavemos com sangue a afronta” (Chernavsky, 2009)⁶⁰.

Mais conhecido é o poema de Fagundes Varela *O Estandarte Auriverde – Cantos sobre a questão anglo-brasileira*, dedicado “Aos Brasileiros”. Seu prólogo fazia referência às exigências inglesas, incluindo o *Slave Trade Suppression Act*, mais conhecido no Brasil como *lei Bill Aberdeen*, legislação inglesa de 08 de agosto de 1845 que proibia o comércio de escravos entre a África e a América e teria resultado, no Brasil, na aprovação da *Lei Eusébio de Queirós*, de 1850:

Não há coração Brasileiro que não transborde de ódio e indignação, à leitura das exigências insultantes e continuadas do governo inglês, para com esta bela terra da América! Desde suas piratarias e saques nos mares territoriais, até o Bill Aberdeen que a reduziu à posição de uma máquina passiva, a insolente Bretanha nada poupou para calcar aos pés esta plaga bendita que, se tivesse um pouco mais de audácia e cobiça, ocuparia um dos primeiros lugares entre as potências do globo (Fagundes Varela, 1863)⁶¹.

Em *O Futuro*, Machado de Assis voltaria a se imiscuir em outra questão que envolvia disputa entre nações. Em *Acorda Polônia*,⁶² o poeta se solidarizava com o povo polonês e chamava a atenção de seus leitores para os conflitos que ocorriam naquele país, *A Revolta de Janeiro*, rebelião popular contra o domínio russo e a convocação de jovens para servirem no exército do czar:

Nação livre, é nossa glória / Rejeitar grilhão servil; Pareça a nossa memória / Salva a honra do Brasil” (OC, iii, 763-764).

⁶⁰ Chernavsky, Anália. *A construção dos mitos e heróis do Brasil nos hinos esquecidos da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: Programa Nacional de Apoio à Pesquisa/ Fundação Biblioteca Nacional/ MinC, 2009.

⁶¹ Fagundes Varela, Luís Nicolau. *O estandarte auriverde*. São Paulo: Tipografia Imparcial, 1863.

⁶² Inserido depois em *Crisálida* (1864), com o título de “Polônia”.

Presa uma vez da ira dos tiranos,
 Os membros retalhou-te
 Dos senhores a esplêndida cobiça
 Em proveito dos reis a terra livre
 Foi repartida, e os filhos teus a – escravos –
 Viram descer um véu de luto à pátria
 E apagar-se na historia a glória tua (*O Futuro*, 15/03/1863).

Seguindo a tendência da maioria dos jovens letrados de sua geração, Machado de Assis cultivou a poesia desde a sua adolescência, um ritual de iniciação que, em muitos casos, seria abandonado depois de obtido um diploma de bacharel. Aos 20 anos ele abraçou o jornalismo e arriscou-se na escrita de textos para serem encenados, prática que acabou trocada pela crítica teatral, mantendo-o, desta forma, atento aos acontecimentos dos palcos da cidade. A poesia, no entanto, jamais seria abandonada e tampouco a admiração que nutria por alguns autores, entre outros, Gonçalves Dias, sobre o qual, ele informou em *O Futuro*, que o poeta, em viagem pela Europa, se recuperava do mal que o acometia e que, em breve, mandaria imprimir vários trabalhos literários⁶³.

Esta era apenas a parte boa da notícia, a outra dizia da morte de outro maranhense ilustre, João Francisco Lisboa que se encontrava em Portugal, mas desta, o cronista mantinha alguma dúvida, em razão do silêncio da imprensa portuguesa: “Mau era se a indiferença de um país amigo e irmão fosse a única elegia que tivesse na morte um homem tão ilustre como o autor do *Jornal do Timon*” (*O Futuro*, 01/06/1863).

Um mês depois, não havia mais dúvida: “Faleceu em Lisboa, no dia 25 de abril, na idade de 49 anos, deixando ao nosso país a glória de um nome respeitado entre os mais eminentes” (*O Futuro*, 01/07/1863).

Aquela foi a última crônica de Machado de Assis em *o Futuro* que também sucumbia. Naquela edição não havia nada que soasse como despedida. Ao contrário, Camilo Castelo Branco prometia a continuação do seu folhetim “Agulha no Palheiro”. Da mesma forma, Brito Aranha que dera continuidade ao seu “Os pássaros de Ahmed o Perfeito” dizia prosseguir no número seguinte. Por sua vez, Faustino Xavier de Novaes nada mencionou sobre o destino de *O Futuro*, publicou, no entanto, na íntegra seu folhetim “Uma aventura”, “breve e singela história [...] sem episódios românticos, sem atavios de linguagem. Não é triste, nem alegre, a história”. (*O Futuro*, 01\07\1863).

⁶³ Dentre estes trabalhos, provavelmente figurava a tradução de *A noiva de Messina*, de Schiller, concluída em Lisboa naquele mesmo ano de 1863.

BIBLIOGRAFIA:

A. Periódicos

1. *Correio Mercantil*, 14 /12/ 1861
2. *Diário do Rio de Janeiro*, 16/12/1861, 24/12/1861, 26/01/1862, 22/02/1862, 24/03/1862, 05/05/1862, 30/06/1862, 03/01/1865
3. *Jornal do Comércio*, 17/11/1862
4. *O Espelho*: Ed. *fac similar*. Rio de Janeiro. Fundação Biblioteca Nacional, 2008.
5. *O Futuro*, 15/09/ 1862 a 01/07/1863.

B. Outras obras consultadas

1. ALENCAR, José. *Ao Correr da Pena*. São Paulo, Martins Fontes, 2004. Crônica publicada no *Correio Mercantil* de 24/09/1854.
2. BOCAIÚVA, Quintino. "Prospecto da Biblioteca brasileira". In: Homem de Melo, *Esboços biográficos – 2ª*. Parte. Rio de Janeiro: Tipografia do Diário do Rio de Janeiro, 1862.
3. CANCLINI, Nestor Garcia. *Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1999.
4. CASIMIRO, Renato. *Machado de Assis e o pugilato da ideias (1858 – 1878)*. Tese de doutorado – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Letras, 2013.
5. CASTELO BRANCO, Camilo. *Cancioneiro alegre*, Porto, Tipografia de A.J. Teixeira, 1879.
6. CASTELO, José Aderaldo. *A polêmica sobre "A Confederação dos Tamoios"*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 1953.
RICUPERO, Bernardo. *O romantismo e a ideia de nação no Brasil (1830-1870)*. São Paulo: Martins Fontes, 2004 (principalmente 153-204).
7. CERVO, Amado Luiz. *Depois das Caravelas: as relações entre Portugal e Brasil – 1808 – 2000* / Amado Luiz Cervo, José Calvet de Magalhães; Dário Moreira de Castro Alves (organização e apresentação). Brasília: Editora UnB, 2000.
8. CHERNAVSKY, Anália. *A construção dos mitos e heróis do Brasil nos hinos esquecidos da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: Programa Nacional de Apoio à Pesquisa/ Fundação Biblioteca Nacional/ MinC, 2009.

9. *Coleção de Leis do Império do Brasil – 1863.*
10. Couto, Mia. “Luso-afonias – A lusofonia entre viagens e crimes”. In: _____. *E se Obama fosse africano?* São Paulo, Cia das Letras, 2011
11. FAGUNDES VARELA, Luís Nicolau. *O estandarte auriverde.* São Paulo: Tipografia Imparcial, 1863.
12. FREIRE, Laudelino. *Um século de pintura: apontamentos para a história da pintura no Brasil: de 1816-1916.* Rio de Janeiro: Fontana, 1983.
13. GUILHERME CESAR. *Historiadores e críticos do romantismo.* Seleção e apresentação de. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos; São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1978.
14. HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil.* São Paulo, Edusp, 1985.
15. MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. *Obras Completas em quatro volumes,* Rio de Janeiro, Editora Nova Aguilar, 2008.
16. MACHADO DE ASSIS. *Crítica literária e textos diversos.* Organização Silvia Maria Azevedo, Adriana Dusilek e Daniela Mantarro Calippo. São Paulo, editora UNESP, 2013.
17. MASSA, Jean-Michel Antônio Moutinho de Sousa. Tradução de Lúcia Granja. *Machado Assis Linha* [online]. 2012, vol.5, n.10, pp. 10-25. ISSN 1983-6821. <http://dx.doi.org/10.1590/S1983-68212012000200003>.
18. PINHEIRO, Fernandes Cônego. *Curso de literatura nacional.* Rio de Janeiro, Cátedra: Brasília, INL, 1978.
19. Rocha, João Cesar de Castro. *Machado de Assis: por uma poética da emulação.* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2013.
20. ROSSI, Paolo. *O passado, a memória, o esquecimento – seis ensaios da história das idéias.* São Paulo, Editora UNESP, 2010.
21. SARAIVA, Antonio e LOPES, Oscar. *História da literatura portuguesa.* Porto/Portugal, Porto editora, 4ª edição.
22. SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas,* São Paulo, Editora 34, 2003.
23. SILVA, Joaquim Norberto de Souza. “A língua brasileira”. In: _____. *História da Literatura Brasileira e outros ensaios,* organização, apresentação e notas por Roberto Acízelo de Souza. Rio de Janeiro, Zé Mario Editor, 2002.
24. WOLF Ferdinand. *O Brasil literário – história da literatura brasileira.* Tradução e prefácio de Jamil Almansur Haddad, São Paulo Cia. Editora Nacional, 1955.
25. ZILBERMAN, Regina. *O berço do cânone – textos fundamentais da história da literatura brasileira.* Porto Alegre/RS, Mercado Aberto, 1998.